

**ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA ADMINISTRATIVA**

NÍVEL SUPERIOR

TARDE

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso 01

Língua Portuguesa 01 a 15

Legislação 16 a 20

Noções sobre Direitos das
Pessoas com Deficiência 21 a 25

Noções de Informática 26 a 30

Conhecimentos Específicos 31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

01

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA - ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Paulo da Costa ajuizou reclamatória trabalhista em face do Banco do Trilhão S/A. O juízo fracionou a audiência trabalhista, realizando audiência para tentativa de conciliação, que restou infrutífera. Nessa ocasião, designou audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas. O juízo facultou às partes trazerem as testemunhas à audiência, independentemente de intimação, ou apresentar o rol respectivo em 10 dias para aquelas, a fim de que fossem intimadas pelo juízo, sob pena de serem ouvidas somente as que comparecessem. Paulo, no prazo estipulado pelo juízo, requereu a intimação da testemunha Maria da Silva, declarando que as demais compareceriam à audiência independentemente de intimação. O Banco do Trilhão, por sua vez, nada declarou ou requereu no que se refere às testemunhas que pretendia ouvir. Por ocasião da audiência de instrução, compareceram as testemunhas Maria da Silva, intimada pelo juízo, bem como, a convite do reclamante, Elizabete dos Santos, ex-colega de trabalho deste e que também ajuizara reclamatória em face do Banco Trilhão; compareceu, ainda, Pedro da Costa, também ex-empregado do reclamado e irmão de Paulo. O Banco do Trilhão, por sua vez, compareceu à audiência acompanhado da testemunha Vicente Rodrigues, que foi superior imediato do reclamante, a quem este acusa de assédio moral e com o qual teve grave desentendimento durante o pacto laboral, chegando às vias de fato, sendo que, relativamente a tais fatos, houve ampla divulgação na imprensa local e há ostensiva documentação nos autos. Aberta a audiência, o advogado do reclamado requereu para que, assim que prestasse depoimento, o preposto fosse dispensado de permanecer em audiência, em razão de compromisso na empresa. Requereu, ainda, que a audiência fosse realizada a portas fechadas, apenas com a presença dos serventuários da Justiça, das partes e testemunhas, quando apregoadas. Ademais, o reclamado contraditou as testemunhas do reclamante. Quanto à testemunha Elizabete dos Santos, aduziu que esta não poderia testemunhar com isenção de ânimo em razão de também estar demandando em face do banco. Relativamente à testemunha Pedro da Costa, argumentou que, de modo algum, este**

poderia ser ouvido no processo, por ser irmão do reclamante. O reclamante, de seu turno, contraditou a testemunha Vicente, em virtude dos fatos narrados, enfatizando que, de forma alguma, este poderia ser ouvido no feito.

Diante dos requerimentos do reclamado no que se refere à liberação do preposto, à realização da audiência a portas fechadas, bem como das contraditas das testemunhas Elizabete e Pedro e, ainda, diante da contradita do reclamante em face da testemunha Vicente, diga como o juízo deve deliberar à luz da legislação trabalhista, aplicável no que tange à audiência de instrução e julgamento e à prova testemunhal, fundamentando a resposta. Considere, com relação às contraditas das testemunhas por ambas as partes, que todas as alegações estão suficientemente demonstradas nos autos. Descreva, ainda, a ordem em que, em regra, serão ouvidas as partes e as testemunhas na audiência.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

O Aleph e o Hipopótamo I

Leandro Karnal

O tempo é uma grandeza física. Está por todos os lados e em todos os recônditos de nossas vidas. Dizemos que temos tempo de sobra para algumas coisas ou, às vezes, que não temos tempo para nada. Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens. Tal é o tempo da sala de espera para ser atendido no dentista ou pelo gerente do banco, por exemplo.

Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta. Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga. O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.

Vivemos um presente fugidio. Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado, parafraseando o genial historiador Marc Bloch. Não é incomum querermos que o presente dure mais, se estique, para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos.

Se o presente é esse instante impossível de ser estendido, o passado parece um universo em franca expansão. Quanto mais envelhecemos, como indivíduos e como espécie, mais passado existe, mais parece que devemos nos lembrar, não nos esquecer. Criamos estantes com memorabilia, pastas de computador lotadas de fotos, estocamos papéis e contas já pagas, documentos. Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.

E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... “Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta”; “Semana que vem

nos encontramos, está combinado”; “Apenas um mês e... férias!”; “Daqui a um ano eu me preocupo com isso”. Um cotidiano voltado para um tempo incerto, mas que arquitetamos como algo sólido. E tudo o que é sólido se desmancha no ar, não é mesmo? Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato! [...]

Saber sobre tudo que possa vir a ocorrer é um grande desejo. Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga. “Vejo uma viagem no seu futuro”, afirma a mística intérprete das cartas. Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis. Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.

Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores, desejo maior de todos os que lotam os consultórios de psicólogos e psicanalistas. [...] Ao narrar o que vi e vivi, dependo da memória. Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória. Escamoteados pelo trauma, ficam ali condicionando nossas ações e não ações no presente. [...]

(Adaptado de <https://entrelacosdocoracao.com.br/2018/03/o-aleph-e-o-hipopotamo-i/> - Acesso em 26/03/2018)

As questões 1 a 9 referem-se ao texto I.

- 1. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.**
 - (A) Há uma relação dialética entre passado e presente, em que a percepção temporal se dá de maneira semelhante, já que ambos estão em intenso alargamento.
 - (B) Fatos traumáticos são recalçados pela memória e, assim, não interferem nas vivências conscientes dos indivíduos.

- (C) Se fosse possível saber fortuitamente do futuro, as pessoas agiriam para que as previsões não se concretizassem, uma vez que seriam previsões detalhadas.
- (D) Embora o futuro seja dubitável, os indivíduos o planejam como algo palpável. A causa desse hábito humano está na percepção volúvel da velocidade de passagem do tempo.
- (E) A percepção humana do tempo é variável. A noção de seu decorrer depende da atividade que o envolve ou que dele depende.

2. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto se compõe de uma tese que se comprova com diferentes tipos de argumentos. No quarto parágrafo, por exemplo, o autor utiliza exemplos factuais para defender seu ponto de vista.
- (B) O autor utiliza sequências injuntivas para defender seu ponto de vista. Tais sequências são marcadas por verbos no modo subjuntivo e flexionados na primeira pessoa do plural.
- (C) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. [...]” resume o que será desenvolvido no 6º parágrafo.
- (D) Em “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, [...]” (6º parágrafo), o elemento em destaque faz uma referência anafórica à obra “A Cartomante”, de Machado de Assis.
- (E) No 5º parágrafo, as aspas são utilizadas para ironizar a fala daqueles que atribuem ao futuro a certeza da realização de seus planos.

3. Assinale a alternativa que apresenta a correta reescrita dos excertos.

- (A) O excerto “[...] Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga.[...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “No nosso mundo, pautado pelo estresse, por mais compromissos que comporte a agenda, a sensação que a areia escorre mais rapidamente pela ampulheta é funambulesca e amarga.”.
- (B) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga.” pode ser reescrito da seguinte

forma: “Isso punge as fileiras em videntes e os debates acerca das previsões de Nostradamus. A despeito disso, pela sua naturalidade e devir, toda profecia deve ser vaga.”.

- (C) O excerto “[...] Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores [...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “Compreender o passado em toda sua magnitude e enredamento e perceber o quanto ele ainda se faz presente são os objetivos de todos historiadores”.
- (D) O excerto “[...] Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. [...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “O que lembramos ou esquecemos nem sempre se sujeita a nosso desejo ou a nossas escolhas. Quando expresso que aspiro ao esquecimento de algo, de fato estou recordando tal cenário”.
- (E) O excerto “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado. [...]” pode ser reescrito da seguinte maneira: “Obviamente, inclusive uma previsão ínfima seria problemática pois, dela sabendo eu, poderia organizar os fatos de modo que ocorressem como pronunciados.”.

4. Assinale a alternativa em que o termo “mesmo” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.”.

- (A) Ele mesmo se apossou das terras e colocou todos para correr.
- (B) A planta brotará, mesmo que em alguns casos demore um pouco.
- (C) Eu sempre estive ao seu lado, não é mesmo?
- (D) Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar.
- (E) Ele feriu a si mesmo.

5. Os advérbios, por meio das circunstâncias que exprimem, contribuem na intenção do falante referente ao que ele deseja expressar, recebendo diferentes classificações quanto a tais circunstâncias. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, entre parênteses, a circunstância expressa pelo advérbio em destaque.

- (A) “Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado [...]” (negação).
- (B) “[...] para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos [...]” (afirmação).
- (C) “Apenas um mês e... férias! [...]” (inclusão).
- (D) “[...] perceber o quanto ele ainda é presente [...]” (tempo).
- (E) “[...] estocamos papéis e contas já pagas, documentos. [...]” (modo).

6. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em: “[...] E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... ‘Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta’; ‘Semana que vem nos encontramos, está combinado’ [...]”, todos os termos em destaque têm função de conjunção integrante.
- (B) Em “[...] Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, predomina a linguagem denotativa.
- (C) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, estabelece-se entre a primeira e a última oração uma relação semântica de consequência.
- (D) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, o elemento em destaque estabelece uma relação semântica de comparação entre os eventos traumáticos e as ideias de Freud.
- (E) Em “[...] Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, os dois pontos são utilizados para apresentar uma citação indireta.

7. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, é obrigatória a presença das vírgulas porque os constituintes frasais estão ligados por processo de subordinação.
- (B) Em “[...] ‘Vejo uma viagem no seu futuro’ [...]”, o verbo “ver” apresenta a mesma regência e transitividade que na frase “Aquele senhor não vê mais”.
- (C) Em “[...] Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, o verbo “haver” poderia ser substituído por “existissem”, sem gerar prejuízo gramatical ao texto.
- (D) Com base nas relações de concatenação de ideias estabelecidas entre os elementos textuais, depreende-se que a expressão “ele”, em “Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus.” (6º parágrafo), refere-se ao tempo.
- (E) O excerto “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato!” poderia ser reescrito, sem prejudicar a correção gramatical ou mudar seu sentido, da seguinte maneira: “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, lhe sentir nas mãos, calcular-lhe de fato!”.

8. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A metáfora é uma figura de linguagem que consiste no desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos. Um exemplo está na frase “Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.”.
- II. A gradação é uma figura de linguagem que consiste em uma sequência de ideias dispostas em sentido ascendente ou descendente. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.
- III. A prosopopeia é uma figura de linguagem pela qual fazemos os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como humanos. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

9. “O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.”

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado na frase apresentada está grifado em

- (A) “O tempo é uma grandeza física.”.
- (B) “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo [...]”.
- (C) “[...] efetivamente estou me lembrando da situação”.
- (D) “[...] como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados.”.
- (E) “[...] você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro [...]”.

Texto II

[...] Saiu da casa da cartomante aos tropeços e parou no beco escurecido pelo crepúsculo — crepúsculo que é hora de ninguém. Mas ela de olhos ofuscados como se o último final da tarde fosse mancha de sangue e ouro quase negro. Tanta riqueza de atmosfera a recebeu e o primeiro esgar da noite que, sim, sim, era funda e faustosa. Macabéa ficou um pouco aturdida sem saber se atravessaria a rua pois sua vida já estava mudada. E mudada por palavras — desde Moisés se sabe que a palavra é divina. Até para atravessar a rua ela já era outra pessoa. Uma pessoa grávida de futuro. Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero. Se ela não era mais ela mesma, isso significava uma perda que valia por um ganho. Assim como havia sentença de morte, a cartomante lhe decretara sentença de vida. Tudo de repente era muito e muito e tão amplo que ela sentiu vontade de chorar. Mas não chorou: seus olhos faiscavam como o sol que morria. Então ao dar o passo de descida da calçada para atravessar a rua, o Destino (explosão) sussurrou veloz e guloso: é agora é já, chegou a minha vez! E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a —

e neste mesmo instante em algum único lugar do mundo um cavalo como resposta empinou-se em gargalhada de relincho.

Macabéa ao cair ainda teve tempo de ver, antes que o carro fugisse, que já começavam a ser cumpridas as predições de madama Carlota, pois o carro era de alto luxo. Sua queda não era nada, pensou ela, apenas um empurrão. Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta. E da cabeça um fio de sangue inesperadamente vermelho e rico. O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito. [...]

(Excerto adaptado e extraído da obra “A Hora da Estrela”. LISPECTOR, Clarice. 23ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.)

As questões 10 a 13 referem-se ao texto II.

10. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O narrador, em primeira pessoa, descreve o momento em que a personagem vai à casa de uma vidente e descobre estar grávida.
- (B) Trata-se de um texto predominantemente dissertativo, em que se expõe o relato de uma tragédia ocorrida com Macabéa.
- (C) A mudança na vida de Macabéa, citada em “[...] pois sua vida já estava mudada.”, refere-se à viagem empreendida por ela, que se realizara após encontrar o carro que estava à sua espera.
- (D) O excerto demonstra a fragilidade social da personagem que, ironicamente, teve um momento de esperança antes de ser atropelada.
- (E) A narrativa descreve uma cena trivial de final de tarde, em que Macabéa presencia o atropelamento e a morte de um cavalo.

11. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) Alguns elementos textuais que compõem a descrição da cena formam um campo semântico voltado à melancolia e ao findar da vida, como o “crepúsculo”, o “final da tarde”, a “mancha de sangue” e o “sol que morria”.
- (B) O uso de verbos no presente do subjuntivo dá o tom profético ao texto, que se constrói a partir de uma situação hipotética, de um desejo da personagem. Um exemplo desse uso está em “[...] Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero.”.
- (C) O excerto “Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta.” delinea um tratamento humano dado à personagem, haja vista a importância de suas relações sociais, tanto com a cartomante, quanto com o motorista do carro de luxo.
- (D) Todos os travessões utilizados no excerto servem para inserir comentários do narrador de tom explicativo, a fim de elucidar e amplificar as percepções do leitor diante da descrição da cena narrada.
- (E) O seguinte excerto “[...] é agora é já, chegou a minha vez!” representa a fala de Macabéa ao ver a Mercedes chegando em sua direção.

12. Assinale a alternativa cuja substituição do elemento sublinhado pelo elemento entre parênteses NÃO gera incorreção gramatical ou alteração de sentido no texto.

- (A) “[...] que um dia vai talvez reivindicar o direito [...]” (reivindicar-lhe).
- (B) “[...] isso significava uma perda que valia por um ganho.” (perca).
- (C) “[...] ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.” (à qual).
- (D) “O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça [...]” (à).
- (E) “[...] E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a [...]” (a atingiu).

13. O seguinte excerto “[...] um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.”, ao ser transposto para a voz passiva analítica, terá como resultado:

- (A) o direito ao grito vai talvez ser reivindicado.
- (B) o direito ao grito será talvez reivindicado.

- (C) o direito ao grito talvez reivindicar-se-á.
- (D) reivindicará o direito ao grito.
- (E) irá talvez reivindicar o direito ao grito.

14. Sobre os aspectos gerais da Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, bem como de contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.
- (B) Embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala, ou a quem se dirige a comunicação), os pronomes de tratamento (ou de segunda pessoa indireta) levam a concordância para a terceira pessoa.
- (C) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, verbosidade, formalidade e dissonância.
- (D) A verbosidade evita a duplicidade de interpretações que poderia decorrer de um tratamento personalista dado ao texto.
- (E) As comunicações oficiais são necessariamente heterogêneas, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e um receptor dessas comunicações, que é o próprio Serviço Público.

15. Sobre a Correspondência Oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República), assinale a alternativa correta.

- (A) Os ministros de Estado são tratados pelo pronome “Vossa Excelência” e o vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a essas autoridades é “Excelentíssimo Senhor Ministro”.
- (B) Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento “digníssimo” (DD), uma vez que a dignidade é pressuposta para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.
- (C) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é “Magnífico Senhor”, seguido do cargo ao qual se refere.
- (D) Os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento são sempre os da segunda pessoa, como no exemplo “Vossa Senhoria nomeará teu substituto”.
- (E) O gênero gramatical deve estar sempre em concordância com o pronome de tratamento, ou seja, com o substantivo que compõe a locução, e não com o sexo da pessoa a que se refere.

LEGISLAÇÃO

16. A respeito dos deveres assumidos pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo o único filho com formação em ensino superior, e, na hipótese de falecimento de seus pais, o servidor público poderá representar os interesses do comércio de sua família, na condição de mandatário, para o que poderá ser remunerado.
- (B) O servidor não poderá ser questionado se cometer alguma infração ética por orientação e pedido de seus superiores hierárquicos.
- (C) O servidor deverá dar atenção especial ao atendimento ao público quando verificada a existência de filas ou qualquer outra espécie de atraso que possa resultar em espera excessiva.
- (D) Considerando as vantagens de um meio ambiente de trabalho saudável, sem brigas ou desconfianças, o servidor público que presenciar o vazamento de informações sigilosas, por parte de um colega de seu convívio diário, não será obrigado a comunicar a situação à chefia.
- (E) Se o servidor público também exercer atividade acadêmica, será permitido que ele participe de seminários, congressos e eventos semelhantes, na condição de palestrante, ainda que durante o expediente exercido perante o Tribunal, inexistindo qualquer obrigação de prestar contas ou divulgar a eventual remuneração recebida.

17. Valendo-se dos preceitos éticos a serem observados pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando as atribuições específicas da Comissão de Ética, caso determinada investigação aponte em direção, para além de violações éticas, a existência de corrupção ativa por parte do investigado, caberá ao presidente da Comissão deliberar pela comunicação, ou não, das autoridades competentes.
- (B) Por não se tratar de um processo com previsão expressa no Código de Processo Civil, a Comissão de Ética não será obrigada a observar princípios como o contraditório e a ampla defesa como regra.

- (C) A presença, na condição de parte, em processo administrativo disciplinar, não prejudicará o regular exercício de suas atribuições na referida Comissão.
- (D) Os integrantes da Comissão de Ética desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.
- (E) Caso um servidor do Tribunal Regional do Trabalho receba uma proposta de emprego por um conceituado escritório de advocacia, somente deverá comunicar o Tribunal quanto ao ocorrido se tiver interesse em aceitar o convite.

18. Assinale a alternativa que NÃO se enquadra dentre as proibições estabelecidas aos servidores pelo Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Praticar ou compactuar com, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética e ao interesse público, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.
- (B) Manter sob subordinação hierárquica cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade.
- (C) Manter em sigilo questões médicas de outros servidores, das quais tiver conhecimento por motivos alheios à função que ocupa.
- (D) Utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para a propagação e divulgação de questões assemelhadas a propagandas político-partidárias.
- (E) Acompanhar, inerte, perseguições a jurisdicionados administrativos ou a servidores do Tribunal.

19. De acordo com o que dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a nomeação, posse e exoneração dos ocupantes dos cargos do grupo de Direção, no que se refere à nomeação dos diretores de secretaria de Vara do Trabalho, compete ao

- (A) Corregedor Regional.
- (B) Vice-Corregedor Regional.
- (C) Presidente.
- (D) Vice-Presidente.
- (E) Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais.

20. Referente à vacância de cargos, promoções e indicações, bem como sobre a presidência das Turmas, consoante às disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Na vacância de cargos da administração do Tribunal, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este, pelo Corregedor Regional, assumindo o Vice-Corregedor Regional a Corregedoria Regional, cabendo ao desembargador mais antigo, desde que não eleito para quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou o de Presidente, o exercício da Vice-Corregedoria Regional.
- (B) Em caso de vacância no cargo de Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, em qualquer tempo, do mandato do titular, assumi-lo-á o desembargador mais antigo do órgão, ainda que seja Presidente de Turma.
- (C) As Turmas serão presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, por meio de sorteio.
- (D) No preenchimento das vagas para promoção de juízes substitutos e para o acesso de juízes titulares, será observado, unicamente, o critério da antiguidade.
- (E) Compete ao Órgão Especial indicar os juízes titulares de Vara do Trabalho para acesso ao Tribunal por antiguidade.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21. Um servidor do Poder Judiciário, enquadrado como portador de deficiência, pretende exercer suas atividades por meio do sistema *home office*, eis que isso é permitido pelo órgão no qual é lotado. No entanto, os custos para sua adaptação ao sistema *home office* são muito elevados. Nesse sentido, de acordo com o disciplinado na Resolução nº 230/2016 do CNJ, assinale a alternativa correta.

- (A) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão por ele ser suportados.
- (B) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração.

- (C) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados parte pela Administração e parte pelo próprio servidor.
- (D) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração, desde que dentro dos limites estabelecidos por Portaria do CNJ.
- (E) Sendo os custos para a adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* muito elevados, não poderá ser concedido tal benefício ao servidor.

22. Na história recente do Brasil, o legislador se dedicou a disciplinar e a ampliar os direitos dos portadores de deficiência, estabelecendo uma rede de proteção. Muitos foram os diplomas legais editados nesse sentido tal como a Lei nº 13.146/2015. Considerando a referida lei, no tocante à proteção legal do portador de deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (B) O Poder Judiciário pode cobrar do usuário com deficiência, mediante tarifa, a despesa extra que tiver para lhe dar amplo acesso a prédios e serviços públicos.
- (C) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.
- (D) É crime, punido com pena de 2 a 4 anos de reclusão, negar à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo.
- (E) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para propor as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência.

- 23. O artigo 11º da Lei nº 10.098/2000 disciplina que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, de acordo com o referido diploma legal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (B) Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de dois banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (C) Pelo menos dois dos acessos ao interior da edificação deverão estar livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (D) Pelo menos dois dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverão cumprir os requisitos de acessibilidade legalmente previstos.
 - (E) Aos locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar é facultado dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual.
- 24. Segundo dispõe o art. 36 do Decreto nº 3.298/1999, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponda à proporção correta desses cargos a serem reservados.**
- (A) Até duzentos empregados, um por cento.
 - (B) De duzentos e um a quinhentos empregados, um por cento.
 - (C) De duzentos e um a quinhentos empregados, dois por cento.
 - (D) De quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento.
 - (E) De quinhentos e um a mil empregados, três por cento.
- 25. De acordo com a Resolução nº 230/2016 do CNJ, a concessão de horário especial, conforme o art. 98, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, a servidor com deficiência não justifica qualquer atitude discriminatória. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA acerca da concessão de horário especial a servidor com deficiência ou que possua dependente com deficiência.**
- (A) Admitindo-se a possibilidade de acumulação de banco de horas pelos demais servidores do órgão, também deverá ser admitida a mesma possibilidade em relação ao servidor com horário especial, mas de modo proporcional.
 - (B) Ao servidor a quem se tenha concedido horário especial não poderá ser negado ou dificultado, colocando-o em situação de desigualdade com os demais servidores, o exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.
 - (C) A concessão de horário especial é de caráter personalíssimo, não podendo ser estendida aos servidores que possuam dependentes com deficiência, mas tão somente aos que se enquadrem como deficientes.
 - (D) O servidor com horário especial não será obrigado a realizar, conforme o interesse da Administração, horas extras, se essa extensão da sua jornada de trabalho puder ocasionar qualquer dano à sua saúde.
 - (E) Se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício deverá ser aproveitado de forma proporcional pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Em uma época em que cada vez mais as informações trafegam e são armazenadas em meios digitais, tornaram-se comuns notícias sobre os prejuízos causados por ameaças como vírus, spywares e ransomwares. Essas ameaças também podem ser classificadas como:

- (A) Bugs.
- (B) Malwares.
- (C) Spam.
- (D) Badwares.
- (E) Phishing.

27. Uma aplicação exportou dados de um banco de dados para um arquivo de extensão '.csv'. Esse arquivo contém algumas centenas de linhas e várias colunas. Será necessário ordenar os dados contidos no arquivo e manipular alguns valores. No seu computador, estão disponíveis as ferramentas do Microsoft Office e LibreOffice. Qual das seguintes alternativas de software é a recomendada para realizar a tarefa necessária?

- (A) Bloco de notas.
- (B) Impress.
- (C) PowerPoint.
- (D) Calc.
- (E) Thunderbird.

28. Visualizadores de imagens podem ser utilizados para abrir arquivos como fotos, logos e desenhos. Das alternativas a seguir, qual possui somente extensões de arquivos utilizadas por visualizadores de imagens, para imagens sem animação?

- (A) .gif e .mp3
- (B) .jpg e .ppt
- (C) .img e .mkv
- (D) .mp4 e .tiff
- (E) .jpg e .png

29. Um sistema de uma empresa está acessível aos seus colaboradores através da sua Intranet. Isso significa que

- (A) o sistema pode ser acessado somente por colaboradores internos ou usuários previamente autorizados, e somente através da rede local da organização (o usuário deve estar fisicamente nas instalações da empresa).

- (B) qualquer usuário na Internet pode acessar o sistema.
- (C) faz parte da Deep Web.
- (D) o sistema pode ser acessado somente por usuários previamente autorizados, mas também pode ser possível o acesso através da Internet, dependendo de como a Intranet foi configurada.
- (E) as tecnologias utilizadas pela rede que armazena o sistema são diferentes das utilizadas na Internet.

30. No Mozilla Firefox versão 57.x, com as configurações que são padrão de instalação, toda vez que o usuário realiza um download de um arquivo, este é salvo automaticamente no diretório "Download", que está dentro do diretório padrão do usuário. Para que o usuário possa escolher o diretório onde quer salvar os arquivos baixados, qual das opções do menu ele deve escolher?

- (A) Personalizar.
- (B) Preferências.
- (C) Web Developer.
- (D) Editar.
- (E) Extensões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão que compõe o Poder Judiciário e tem, dentre suas atribuições, o controle da atuação administrativa e financeira do Tribunal Regional do Trabalho e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. De acordo com o que dispõe expressamente a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta apenas alguns dos membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça.

- (A) Três membros do Ministério Público dos Estados e um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo respectivo tribunal.
- (C) Um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal, e um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

- (D) O Procurador-Geral da República e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.
- (E) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça, e um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 32. No exercício de suas atividades como Analista Judiciário – Área Administrativa, José recebeu um pedido de informações acerca dos servidores do TRT, para fins de instrução de mandado de segurança coletivo impetrado em face do tribunal. Acerca do mandado de segurança coletivo, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**
- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político independentemente de este possuir representação no Congresso Nacional.
- (B) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (E) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- 33. Paulo, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, é o responsável pela folha de pagamentos do tribunal e, portanto, precisa dominar as disposições constitucionais acerca do salário e remuneração do trabalho. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que NÃO representa um direito social previsto expressamente na Constituição Federal.**
- (A) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (B) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (E) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- 34. Tício, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, trabalha no setor de recursos humanos do tribunal e conhece as previsões constitucionais acerca dos direitos sociais. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) É permitido no texto constitucional, ainda que excepcionalmente, o trabalho para menores de dezesseis anos.
- (B) Em que pese ser proibida a diferença de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, é possível, na forma da lei, a diferença de critério de admissão por idade.
- (C) A Constituição Federal, apesar de prever a licença-maternidade como direito social, não garante, de forma expressa, o mesmo direito aos trabalhadores do sexo masculino.
- (D) É garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de, no mínimo, oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.
- (E) A Constituição Federal garante o direito à indenização por acidente de trabalho, a ser paga pelo empregador que incorrer em dolo ou culpa, salvo se este arcar com o seguro contra acidentes de trabalho.

35. João é servidor público do TRT e está no exercício de mandato eletivo. Tendo essa situação hipotética em vista e considerando apenas o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Se João ocupar mandato eletivo federal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) Caso João esteja investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (C) Investido no mandato de Prefeito, João será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) Na hipótese de João ocupar mandato eletivo distrital, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (E) Sendo João investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo sem direito à remuneração.

36. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A Constituição Federal prevê que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - () É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - () O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são absolutamente irredutíveis.
 - () Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (A) F – V – F – V.
 - (B) V – F – V – F.
 - (C) V – V – F – F.
 - (D) F – V – V – F.
 - (E) V – V – F – V.

37. No tocante à instrução do processo administrativo federal (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta.

- (A) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- (B) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo, outorgando o direito de obter da Administração resposta fundamentada sobre o caso.
- (C) Somente podem ser recusadas sem a devida fundamentação as provas propostas pelos interessados quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- (D) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
- (E) Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

38. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O agente público que frustra a licitude de concurso público está sujeito às cominações dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
 - II. Será punido, com pena de suspensão, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo determinado.
 - III. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - IV. A aplicação das sanções previstas nesta Lei independe da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.
- (A) Apenas I e IV.
 - (B) Apenas II e III.
 - (C) Apenas I, II e III.
 - (D) Apenas I, III e IV.
 - (E) Apenas II, III e IV.

39. De acordo com a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002), assinale a alternativa correta.

- (A) A equipe de apoio deverá ser integrada em sua totalidade por servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente da entidade promotora do evento.
- (B) É vedado adotar a modalidade de pregão nas compras e contratações de bens e serviços comuns quando efetuadas pelo sistema de registro de preços.
- (C) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não pode ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.
- (D) Para bens e serviços comuns acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) é facultado exigir garantia da proposta no valor de 5% (cinco por cento) do objeto.
- (E) O acolhimento de eventual recurso interposto contra a declaração do vencedor acarreta a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

40. “Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade” (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

O trecho acima faz referência a que espécie de ato administrativo?

- (A) Admissão.
- (B) Licença.
- (C) Autorização.
- (D) Permissão.
- (E) Aprovação.

41. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais, o servidor que procede de forma desidiosa, omitindo-se quanto a atos de fiscalização e de supervisão que deveria praticar de ofício, de forma reiterada, está sujeito a penalidade disciplinar de

- (A) advertência.
- (B) suspensão de até 30 (trinta) dias.
- (C) suspensão de até 90 (noventa) dias.
- (D) demissão.
- (E) remoção.

42. Assinale a alternativa correta sobre os contratos administrativos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993.

- (A) Ao contratado é facultado manter preposto no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato, independentemente de aceite por parte da Administração.
- (B) A execução do contrato deverá ser fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo nessa atribuição.
- (C) O ato de ocupação e utilização do local, bem como dos equipamentos empregados na execução do contrato, por parte da Administração Pública, nos casos de rescisão por ato unilateral da Administração, deve ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.
- (D) No tocante aos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, a Administração Pública não pode ser responsabilizada, uma vez que a responsabilidade é exclusiva do contratado.
- (E) A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública pode ser aplicada juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 8 (oito) dias úteis.

43. No que se refere à licença paternidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 3 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (B) O empregado tem direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias úteis, alternados ou corridos, à sua escolha, no decorrer do primeiro mês de nascimento do filho. Tal direito é indisponível e a quantidade de dias de licença é irredutível.
- (C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por 5 dias consecutivos em caso de nascimento do filho, no decorrer da primeira semana. Contudo, tal direito pode ser reduzido ou até suprimido totalmente por acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (D) É garantido ao empregado o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (E) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Todavia, o empregador poderá descontar do salário do trabalhador os dias correspondentes à licença, que serão equiparados a faltas injustificadas.

44. Antônio foi admitido, com registro em CTPS, na função de entregador, na empresa Roupa Bonita Confecções Ltda. em 1 de dez. de 2017 e foi demitido, sem justa causa, em 30 de mar. de 2018. Cumpria horário das 8h às 18h. Não recebeu as verbas rescisórias e outros direitos trabalhistas. Os sócios da empregadora são Paulo e Pedro, os quais também são sócios da empresa Roupa Bonita Tecelagem Ltda. A qual fabrica e fornece os tecidos para a Roupa

Bonita Confecções. Paulo e Pedro são sócios, também, da Livraria Boa Leitura Ltda. e Delícia Bolos e da Doces Finos Ltda. Dessa última empresa, fazem parte do quadro social, também, José e João. Ocorre que Antônio prestava serviços com registro em CTPS para a empresa Roupa Bonita Confecções Ltda., mas, diariamente, desde o início do pacto laboral, auxiliava o entregador da Roupa Bonita Tecelagem Ltda. das 18h15 às 20h15. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta quais empresas são legítimas para integrar o polo passivo da reclamatória trabalhista ajuizada pelo ex-empregado, bem como com qual ou quais empresas este poderá ver declarado o vínculo empregatício.

- (A) As empresas Roupa Bonita Confecções e Roupa Bonita Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupa Bonita Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestou serviços a essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho, coexistente com o primeiro.
- (B) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas, serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da Roupa Bonita Tecelagem.
- (C) As empresas Roupa Bonita Confecções e Roupa Bonita Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Todavia, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da empresa Roupa Bonita Tecelagem, pois a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

- (D) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupa Bonita Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.
- (E) As empresas Roupa Bonita Confecções e Roupa Bonita Tecelagem e Livraria Boa Leitura serão responsáveis solidárias, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupa Bonita Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.

45. Em relação à rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração do quadro societário da empregadora constituída por sociedade limitada constitui justa causa para empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (B) Em se tratando o empregador de empresa constituída por sociedade limitada, a morte de qualquer dos sócios quotistas constitui justa causa para o empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (C) A instauração de inquérito policial em face do empregado constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
- (D) Em caso de culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá em um terço a indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (E) A perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão em decorrência de conduta dolosa do empregado constitui justa causa para o empregador rescindir o contrato de trabalho.

46. Guilherme tem 17 anos e possui ensino fundamental completo. De posse de sua CTPS e buscando seu primeiro emprego, apresentou currículo e fez entrevista na empresa Brinquedos e Cia Ltda., loja do comércio varejista de brinquedos, para preencher a vaga de auxiliar administrativo. A jornada de trabalho a ser cumprida é das 8h às 17h, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação, de segunda-feira a sexta-feira. Considerando as disposições legais aplicáveis à espécie, é correto afirmar que

- (A) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento bem como a rescisão do contrato de trabalho, se esta vier a ocorrer antes que ele complete 18 anos.
- (B) Guilherme poderá ser contratado somente na condição de aprendiz, com a devida anotação do contrato em sua CTPS.
- (C) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a prorrogação da jornada de trabalho por até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que tal possibilidade seja prevista por convenção ou acordo coletivo de trabalho, devendo ser o excesso de horas em um dia compensado pela diminuição em outro, observado o limite máximo de 48 horas semanais.
- (D) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. Não será permitida a prorrogação de jornada de trabalho, em qualquer hipótese.
- (E) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a prorrogação da jornada de trabalho por até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que haja autorização dos pais ou responsáveis e seja respeitado o horário das aulas.

47. Em relação às férias, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles deverá ser superior a 14 dias corridos.
- (B) O empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido no prazo de 60 dias subsequentes à sua saída não terá direito à inclusão desse período na contagem das férias caso retorne ao emprego.
- (C) A época do gozo das férias sempre atenderá o interesse do empregado.
- (D) O empregado terá direito a 18 dias corridos de férias, caso houver faltado ao trabalho injustificadamente de 15 a 23 dias, sendo vedado o início do gozo respectivo no período de dois dias que antecede os feriados ou repouso semanal remunerado.
- (E) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecederem feriados ou dias de repouso semanal remunerado.

48. José é funcionário do Bar e Petiscaria Hora Feliz Ltda. na função de garçom, com registro em CTPS. Recebe o salário previsto em convenção coletiva da categoria. Além disso, recebe gorjetas pagas espontaneamente pelos clientes. O estabelecimento ainda cobra dos clientes taxa de serviço, à razão de 10% dos itens consumidos, cujo valor é destinado à distribuição aos empregados. A empresa fornece, também, uniforme a todos os empregados, a ser utilizado no local de trabalho para a prestação do serviço. Diante do exposto, no que se refere à remuneração do empregado, é correto afirmar que

- (A) tanto a importância dada pelos clientes espontaneamente a José quanto o valor cobrado pela empregadora a título de taxa de serviço são considerados gorjeta.
- (B) o uniforme fornecido pela empresa a José integra sua remuneração.
- (C) as gorjetas recebidas por José dos clientes não integram sua remuneração.
- (D) somente é considerada gorjeta a importância dada pelos clientes espontaneamente a José.
- (E) a taxa de serviço cobrada pelo estabelecimento, nos termos do enunciado, não integra a remuneração do empregado.

49. Henrique foi contratado pela Loja de Conveniência Aki Tem Tudo, que funciona 24 horas, para exercer a função de atendente no horário das 21h de um dia às 6h do outro, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação. Diante dessa realidade contratual, é correto afirmar que

- (A) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. O adicional noturno, porque pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (B) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (C) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. É devida uma hora extra normal, sem considerar, para o cálculo respectivo, o adicional noturno. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das

horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

- (E) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno, de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno não integrará a base de cálculo das horas extras. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

50. Em relação às atividades consideradas perigosas e o direito ao adicional de periculosidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco, faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade é indevido tão somente quando o contato ou exposição a atividades ou operações perigosas ocorre eventualmente, ou seja, de forma fortuita, ou mesmo que seja habitual, ocorra por período de tempo muito reduzido.
- (B) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente ou eventual, assim considerada a fortuita, sujeita-se a condições de risco faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (C) O adicional de periculosidade legalmente estabelecido é de 30% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa e, quando pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) O trabalhador que desempenha suas funções em motocicleta, como os motoboys, tem direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (E) É inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei, ainda que proporcional ao tempo de exposição ao risco.

51. A data-base da categoria dos empregados das empresas do setor de confecção na cidade de Cerro Azul é 1 de junho e, assim, iniciaram-se as negociações entre as entidades patronal e obreira para que seja firmada a convenção coletiva da categoria, a vigor a partir de 1 de jun. de 2018. Poderão ser firmados, ainda, eventuais acordos coletivos de trabalho entre a entidade sindical dos trabalhadores e determinadas empresas. As partes envolvidas em tais negociações deverão ter ciência de que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em caso de

- (A) regime de sobreaviso; adicional por remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; repouso semanal remunerado.
- (B) troca do dia de feriado; remuneração por produtividade; prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.
- (C) número de dias de férias devidos ao empregado; participação nos lucros ou resultados da empresa; banco de horas anual.
- (D) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal; pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado.
- (E) teletrabalho; trabalho intermitente; seguro contra acidente de trabalho, a cargo do empregador.

52. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Constituição federal ampliou a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo a esta poderes para dirimir conflitos decorrentes das relações de trabalho e não somente relações de emprego.
- (B) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.
- (C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (D) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- (E) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, entre sindicatos e empregadores e demandas de qualquer natureza entre empregadores que façam parte de um mesmo sindicato patronal.

53. Relativamente à distribuição do ônus da prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Vige, na sistemática de distribuição do ônus da probante no processo do trabalho, a distribuição dinâmica do ônus da prova, prevista originariamente no CPC de 2015 (art. 373, § 1º). Assim, nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório ou, ainda, à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso.
- (B) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na audiência de conciliação, tendo a parte reclamada apresentado contestação escrita.
- (C) A decisão que atribuir o ônus da prova de modo diverso será proferida na abertura da audiência de instrução, não sendo permitido, por tal motivo, o adiamento da audiência respectiva.

- (D) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na abertura da audiência de instrução, não sendo possível à parte à qual o encargo probatório foi transferido desincumbir-se de tal ônus.
- (E) No direito do trabalho, a prova das alegações incumbe à parte que as fizer, sendo irrelevante se uma das partes apresenta impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir seu encargo probatório.

54. No que se refere às custas no âmbito da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

- (A) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver condenação.
- (B) são isentos do pagamento de custas: a União; os Estados; o Distrito Federal; os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; o Ministério Público do Trabalho; os beneficiários de justiça gratuita.
- (C) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (D) as custas se destinam a remunerar os gastos do erário e não à garantia do juízo.
- (E) nas ações de qualquer natureza, de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2%, observado o valor mínimo de R\$ 10,64 e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

55. Rita ingressou com reclamação em face da empresa Padaria Pão Quentinho Ltda., pleiteando o pagamento de horas extraordinárias e diferenças salariais para o piso da categoria estabelecido em instrumento normativo. Apresentou pedido certo e quantitativamente determinado, indicando como valor da causa o importe de R\$ 11.500,00. Diante de tais considerações, é correto afirmar que

- (A) a sentença nesse processo, da qual deverá constar relatório, fundamentação e dispositivo, mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência.

- (B) a audiência será, obrigatoriamente, uma, sendo permitida a oitiva de até duas testemunhas para cada parte, mas a reclamante terá o prazo de 05 dias para se manifestar acerca da contestação e documentos.
- (C) todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo serão decididos por ocasião da sentença, em razão da natureza célere dessa modalidade de rito processual, ao fito de se evitar intercorrências na realização da audiência, que deve ser uma.
- (D) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- (E) vigora, no caso em análise, o Princípio Dispositivo, posto que o magistrado possui liberdade para ordenar a produção das provas que julgar pertinentes, para excluir ou limitar as que julgar impertinentes, excessivas ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

56. Orlando, empregado doméstico devidamente representado no processo por procurador constituído, obteve sentença de parcial procedência em reclamatória trabalhista ajuizada perante a Justiça do Trabalho em face de Eustáquio, a qual transitou em julgado em 26 de mar. de 2018. Liquidada a sentença, obteve-se o importe total de R\$ 35.500,00, aí incluso principal, encargos, custas, contribuições previdenciárias e honorários. Diante do exposto, no que se refere à execução dos créditos perseguidos na reclamatória em análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (B) O mandado de citação deverá conter, obrigatoriamente, a decisão exequenda.
- (C) Os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário serão julgados separadamente.
- (D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (E) A citação do executado poderá ser feita por carta com aviso de recebimento. Se o executado, procurado por duas vezes no período de 48 horas, não for encontrado,

far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante 5 dias.

57. Assinale a alternativa que apresenta o instrumento criado pelo Governo Federal do Brasil cuja missão é promover a gestão pública de excelência, visando contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do país.

- (A) Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP).
- (B) Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP).
- (C) Programa Nacional de Desburocratização.
- (D) Comissão de Simplificação Burocrática.
- (E) Gespública.

58. Dentro do que se considera como pilares para um modelo de gestão pública de excelência, o papel do Ciclo PDCA nesse modelo é garantir que as realizações

- (A) alcançarão os objetivos.
- (B) acompanharão os planos.
- (C) serão eficazes e atuais.
- (D) cumprirão o programa.
- (E) atenderão aos interesses.

59. O planejamento estratégico de pessoas nas organizações se refere à maneira como a função de RH

- (A) pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente, favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
- (B) determina a priorização dos objetivos organizacionais em detrimento do favorecimento e incentivo dos objetivos individuais dos funcionários.
- (C) influencia na definição dos objetivos individuais dos funcionários, para que esses objetivos estejam alinhados com a realização dos objetivos organizacionais.
- (D) condiciona, subordina e controla a realização dos objetivos individuais dos funcionários ao alcance e cumprimento de todos os objetivos organizacionais.
- (E) coloca a necessidade de alcance dos objetivos organizacionais e, ao mesmo tempo, desestimula o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.

60. Na atuação de suas atividades, você é submetido à avaliação e desempenho. Se nesse processo de sua avaliação no trabalho participarem o seu chefe, seus colegas, seus subordinados e também os fornecedores e os clientes, enfim, participarem todas as pessoas que mantêm alguma interação com você, qual será o método de avaliação desenvolvido?

- (A) Avaliação pela equipe.
- (B) Avaliação para cima.
- (C) Avaliação pela comissão.
- (D) Avaliação 360 graus.
- (E) Avaliação auto-suficiente.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

RASCUNHO



**ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA ADMINISTRATIVA**

NÍVEL SUPERIOR

TARDE

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso 01

Língua Portuguesa 01 a 15

Legislação 16 a 20

Noções sobre Direitos das
Pessoas com Deficiência 21 a 25

Noções de Informática 26 a 30

Conhecimentos Específicos 31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

02

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA - ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Paulo da Costa ajuizou reclamatória trabalhista em face do Banco do Trilhão S/A. O juízo fracionou a audiência trabalhista, realizando audiência para tentativa de conciliação, que restou infrutífera. Nessa ocasião, designou audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas. O juízo facultou às partes trazerem as testemunhas à audiência, independentemente de intimação, ou apresentar o rol respectivo em 10 dias para aquelas, a fim de que fossem intimadas pelo juízo, sob pena de serem ouvidas somente as que comparecessem. Paulo, no prazo estipulado pelo juízo, requereu a intimação da testemunha Maria da Silva, declarando que as demais compareceriam à audiência independentemente de intimação. O Banco do Trilhão, por sua vez, nada declarou ou requereu no que se refere às testemunhas que pretendia ouvir. Por ocasião da audiência de instrução, compareceram as testemunhas Maria da Silva, intimada pelo juízo, bem como, a convite do reclamante, Elizabete dos Santos, ex-colega de trabalho deste e que também ajuizara reclamatória em face do Banco Trilhão; compareceu, ainda, Pedro da Costa, também ex-empregado do reclamado e irmão de Paulo. O Banco do Trilhão, por sua vez, compareceu à audiência acompanhado da testemunha Vicente Rodrigues, que foi superior imediato do reclamante, a quem este acusa de assédio moral e com o qual teve grave desentendimento durante o pacto laboral, chegando às vias de fato, sendo que, relativamente a tais fatos, houve ampla divulgação na imprensa local e há ostensiva documentação nos autos. Aberta a audiência, o advogado do reclamado requereu para que, assim que prestasse depoimento, o preposto fosse dispensado de permanecer em audiência, em razão de compromisso na empresa. Requereu, ainda, que a audiência fosse realizada a portas fechadas, apenas com a presença dos serventuários da Justiça, das partes e testemunhas, quando apregoadas. Ademais, o reclamado contraditou as testemunhas do reclamante. Quanto à testemunha Elizabete dos Santos, aduziu que esta não poderia testemunhar com isenção de ânimo em razão de também estar demandando em face do banco. Relativamente à testemunha Pedro da Costa, argumentou que, de modo algum, este**

poderia ser ouvido no processo, por ser irmão do reclamante. O reclamante, de seu turno, contraditou a testemunha Vicente, em virtude dos fatos narrados, enfatizando que, de forma alguma, este poderia ser ouvido no feito.

Diante dos requerimentos do reclamado no que se refere à liberação do preposto, à realização da audiência a portas fechadas, bem como das contraditas das testemunhas Elizabete e Pedro e, ainda, diante da contradita do reclamante em face da testemunha Vicente, diga como o juízo deve deliberar à luz da legislação trabalhista, aplicável no que tange à audiência de instrução e julgamento e à prova testemunhal, fundamentando a resposta. Considere, com relação às contraditas das testemunhas por ambas as partes, que todas as alegações estão suficientemente demonstradas nos autos. Descreva, ainda, a ordem em que, em regra, serão ouvidas as partes e as testemunhas na audiência.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

O Aleph e o Hipopótamo I

Leandro Karnal

O tempo é uma grandeza física. Está por todos os lados e em todos os recônditos de nossas vidas. Dizemos que temos tempo de sobra para algumas coisas ou, às vezes, que não temos tempo para nada. Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens. Tal é o tempo da sala de espera para ser atendido no dentista ou pelo gerente do banco, por exemplo.

Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta. Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga. O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.

Vivemos um presente fugidio. Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado, parafraseando o genial historiador Marc Bloch. Não é incomum querermos que o presente dure mais, se estique, para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos.

Se o presente é esse instante impossível de ser estendido, o passado parece um universo em franca expansão. Quanto mais envelhecemos, como indivíduos e como espécie, mais passado existe, mais parece que devemos nos lembrar, não nos esquecer. Criamos estantes com memorabilia, pastas de computador lotadas de fotos, estocamos papéis e contas já pagas, documentos. Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.

E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... “Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta”; “Semana que vem

nos encontramos, está combinado”; “Apenas um mês e... férias!”; “Daqui a um ano eu me preocupo com isso”. Um cotidiano voltado para um tempo incerto, mas que arquitetamos como algo sólido. E tudo o que é sólido se desmancha no ar, não é mesmo? Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato! [...]

Saber sobre tudo que possa vir a ocorrer é um grande desejo. Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga. “Vejo uma viagem no seu futuro”, afirma a mística intérprete das cartas. Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis. Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.

Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores, desejo maior de todos os que lotam os consultórios de psicólogos e psicanalistas. [...] Ao narrar o que vi e vivi, dependo da memória. Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória. Escamoteados pelo trauma, ficam ali condicionando nossas ações e não ações no presente. [...]

(Adaptado de <https://entrelacosdocoracao.com.br/2018/03/o-aleph-e-o-hipopotamo-i/> - Acesso em 26/03/2018)

As questões 1 a 9 referem-se ao texto I.

- 1. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.**
- (A) O texto se compõe de uma tese que se comprova com diferentes tipos de argumentos. No quarto parágrafo, por exemplo, o autor utiliza exemplos factuais para defender seu ponto de vista.

- (B) O autor utiliza sequências injuntivas para defender seu ponto de vista. Tais sequências são marcadas por verbos no modo subjuntivo e flexionados na primeira pessoa do plural.
- (C) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. [...]” resume o que será desenvolvido no 6º parágrafo.
- (D) Em “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, [...]” (6º parágrafo), o elemento em destaque faz uma referência anafórica à obra “A Cartomante”, de Machado de Assis.
- (E) No 5º parágrafo, as aspas são utilizadas para ironizar a fala daqueles que atribuem ao futuro a certeza da realização de seus planos.

2. Assinale a alternativa que apresenta a correta reescrita dos excertos.

- (A) O excerto “[...] Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga.[...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “No nosso mundo, pautado pelo estresse, por mais compromissos que comporte a agenda, a sensação que a areia escorre mais rapidamente pela ampulheta é funambulesca e amarga.”.
- (B) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga.” pode ser reescrito da seguinte forma: “Isso punge as fileiras em videntes e os debates acerca das previsões de Nostradamus. A despeito disso, pela sua naturalidade e devir, toda profecia deve ser vaga.”.
- (C) O excerto “[...] Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores [...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “Compreender o passado em toda sua magnitude e enredamento e perceber o quanto ele ainda se faz presente são os objetivos de todos historiadores”.
- (D) O excerto “[...] Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. [...]” pode ser reescrito da seguinte

forma: “O que lembramos ou esquecemos nem sempre se sujeita a nosso desejo ou a nossas escolhas. Quando expresso que aspiro ao esquecimento de algo, de fato estou recordando tal cenário”.

- (E) O excerto “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado. [...]” pode ser reescrito da seguinte maneira: “Obviamente, inclusive uma previsão ínfima seria problemática pois, dela sabendo eu, poderia organizar os fatos de modo que ocorressem como pronunciados.”.

3. Assinale a alternativa em que o termo “mesmo” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.”.

- (A) Ele mesmo se apossou das terras e colocou todos para correr.
- (B) A planta brotará, mesmo que em alguns casos demore um pouco.
- (C) Eu sempre estive ao seu lado, não é mesmo?
- (D) Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar.
- (E) Ele feriu a si mesmo.

4. Os advérbios, por meio das circunstâncias que exprimem, contribuem na intenção do falante referente ao que ele deseja expressar, recebendo diferentes classificações quanto a tais circunstâncias. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, entre parênteses, a circunstância expressa pelo advérbio em destaque.

- (A) “Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado [...]” (negação).
- (B) “[...] para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos [...]” (afirmação).
- (C) “Apenas um mês e... férias! [...]” (inclusão).
- (D) “[...] perceber o quanto ele ainda é presente [...]” (tempo).
- (E) “[...] estocamos papéis e contas já pagas, documentos. [...]” (modo).

5. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... ‘Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta’; ‘Semana que vem nos encontramos, está combinado’ [...]”, todos os termos em destaque têm função de conjunção integrante.
- (B) Em “[...] Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, predomina a linguagem denotativa.
- (C) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, estabelece-se entre a primeira e a última oração uma relação semântica de consequência.
- (D) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, o elemento em destaque estabelece uma relação semântica de comparação entre os eventos traumáticos e as ideias de Freud.
- (E) Em “[...] Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, os dois pontos são utilizados para apresentar uma citação indireta.

6. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, é obrigatória a presença das vírgulas porque os constituintes frasais estão ligados por processo de subordinação.
- (B) Em “[...] ‘Vejo uma viagem no seu futuro’ [...]”, o verbo “ver” apresenta a mesma regência e transitividade que na frase “Aquele senhor não vê mais”.
- (C) Em “[...] Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, o verbo “haver” poderia ser substituído por “existissem”, sem gerar prejuízo gramatical ao texto.
- (D) Com base nas relações de concatenação de ideias estabelecidas entre os elementos textuais, depreende-se que a expressão “ele”, em “Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus.” (6º parágrafo), refere-se ao tempo.

- (E) O excerto “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato!” poderia ser reescrito, sem prejudicar a correção gramatical ou mudar seu sentido, da seguinte maneira: “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, lhe sentir nas mãos, calcular-lhe de fato!”.

7. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **A metáfora é uma figura de linguagem que consiste no desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos. Um exemplo está na frase “Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.”.**
- II. **A gradação é uma figura de linguagem que consiste em uma sequência de ideias dispostas em sentido ascendente ou descendente. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.**
- III. **A prosopopeia é uma figura de linguagem pela qual fazemos os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como humanos. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.**

- (A) Apenas I.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I e III.
(E) I, II e III.

8. “O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.”

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado na frase apresentada está grifado em

- (A) “O tempo é uma grandeza física.”.
(B) “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo [...]”.
(C) “[...] efetivamente estou me lembrando da situação”.
(D) “[...] como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados.”.

- (E) “[...] você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro [...]”.

9. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Há uma relação dialética entre passado e presente, em que a percepção temporal se dá de maneira semelhante, já que ambos estão em intenso alargamento.
- (B) Fatos traumáticos são recalçados pela memória e, assim, não interferem nas vivências conscientes dos indivíduos.
- (C) Se fosse possível saber fortuitamente do futuro, as pessoas agiriam para que as previsões não se concretizassem, uma vez que seriam previsões detalhadas.
- (D) Embora o futuro seja dubitável, os indivíduos o planejam como algo palpável. A causa desse hábito humano está na percepção volúvel da velocidade de passagem do tempo.
- (E) A percepção humana do tempo é variável. A noção de seu decorrer depende da atividade que o envolve ou que dele depende.

Texto II

[...] Saiu da casa da cartomante aos tropeços e parou no beco escurecido pelo crepúsculo — crepúsculo que é hora de ninguém. Mas ela de olhos ofuscados como se o último final da tarde fosse mancha de sangue e ouro quase negro. Tanta riqueza de atmosfera a recebeu e o primeiro esgar da noite que, sim, sim, era funda e faustosa. Macabéa ficou um pouco aturdida sem saber se atravessaria a rua pois sua vida já estava mudada. E mudada por palavras — desde Moisés se sabe que a palavra é divina. Até para atravessar a rua ela já era outra pessoa. Uma pessoa grávida de futuro. Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero. Se ela não era mais ela mesma, isso significava uma perda que valia por um ganho. Assim como havia sentença de morte, a cartomante lhe decretara sentença de vida. Tudo de repente era muito e muito e tão amplo que ela sentiu vontade de chorar. Mas não chorou: seus olhos faiscavam como o sol que morria. Então ao dar o passo de descida da calçada para atravessar a rua, o Destino (explosão) sussurrou veloz e guloso: é agora é já, chegou a minha vez! E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a — e neste mesmo instante em algum único lugar do

mundo um cavalo como resposta empinou-se em gargalhada de relincho.

Macabéa ao cair ainda teve tempo de ver, antes que o carro fugisse, que já começavam a ser cumpridas as previsões de madama Carlota, pois o carro era de alto luxo. Sua queda não era nada, pensou ela, apenas um empurrão. Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta. E da cabeça um fio de sangue inesperadamente vermelho e rico. O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito. [...]

(Excerto adaptado e extraído da obra “A Hora da Estrela”. LISPECTOR, Clarice. 23ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.)

As questões 10 a 13 referem-se ao texto II.

10. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) Alguns elementos textuais que compõem a descrição da cena formam um campo semântico voltado à melancolia e ao findar da vida, como o “crepúsculo”, o “final da tarde”, a “mancha de sangue” e o “sol que morria”.
- (B) O uso de verbos no presente do subjuntivo dá o tom profético ao texto, que se constrói a partir de uma situação hipotética, de um desejo da personagem. Um exemplo desse uso está em “[...] Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero.”.
- (C) O excerto “Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta.” delinea um tratamento humano dado à personagem, haja vista a importância de suas relações sociais, tanto com a cartomante, quanto com o motorista do carro de luxo.
- (D) Todos os travessões utilizados no excerto servem para inserir comentários do narrador de tom explicativo, a fim de elucidar e amplificar as percepções do leitor diante da descrição da cena narrada.
- (E) O seguinte excerto “[...] é agora é já, chegou a minha vez!” representa a fala de Macabéa ao ver a Mercedes chegando em sua direção.

11. Assinale a alternativa cuja substituição do elemento sublinhado pelo elemento entre parênteses NÃO gera incorreção gramatical ou alteração de sentido no texto.

- (A) “[...] que um dia vai talvez reivindicar o direito [...]” (reivindicar-lhe).
- (B) “[...] isso significava uma perda que valia por um ganho.” (perca).
- (C) “[...] ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.” (à qual).
- (D) “O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça [...]” (à).
- (E) “[...] E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a [...]” (a atingiu).

12. O seguinte excerto “[...] um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.”, ao ser transposto para a voz passiva analítica, terá como resultado:

- (A) o direito ao grito vai talvez ser reivindicado.
- (B) o direito ao grito será talvez reivindicado.
- (C) o direito ao grito talvez reivindicar-se-á.
- (D) reivindicará o direito ao grito.
- (E) irá talvez reivindicar o direito ao grito.

13. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O narrador, em primeira pessoa, descreve o momento em que a personagem vai à casa de uma vidente e descobre estar grávida.
- (B) Trata-se de um texto predominantemente dissertativo, em que se expõe o relato de uma tragédia ocorrida com Macabéa.
- (C) A mudança na vida de Macabéa, citada em “[...] pois sua vida já estava mudada.”, refere-se à viagem empreendida por ela, que se realizara após encontrar o carro que estava à sua espera.
- (D) O excerto demonstra a fragilidade social da personagem que, ironicamente, teve um momento de esperança antes de ser atropelada.
- (E) A narrativa descreve uma cena trivial de final de tarde, em que Macabéa presencia o atropelamento e a morte de um cavalo.

14. Sobre a Correspondência Oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República), assinale a alternativa correta.

- (A) Os ministros de Estado são tratados pelo pronome “Vossa Excelência” e o vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a essas autoridades é “Excelentíssimo Senhor Ministro”.
- (B) Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento “digníssimo” (DD), uma vez que a dignidade é pressuposta para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.
- (C) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é “Magnífico Senhor”, seguido do cargo ao qual se refere.
- (D) Os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento são sempre os da segunda pessoa, como no exemplo “Vossa Senhoria nomeará teu substituto”.
- (E) O gênero gramatical deve estar sempre em concordância com o pronome de tratamento, ou seja, com o substantivo que compõe a locução, e não com o sexo da pessoa a que se refere.

15. Sobre os aspectos gerais da Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, bem como de contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.
- (B) Embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala, ou a quem se dirige a comunicação), os pronomes de tratamento (ou de segunda pessoa indireta) levam a concordância para a terceira pessoa.
- (C) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, verbosidade, formalidade e dissonância.
- (D) A verbosidade evita a duplicidade de interpretações que poderia decorrer de um tratamento personalista dado ao texto.
- (E) As comunicações oficiais são necessariamente heterogêneas, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e um receptor dessas comunicações, que é o próprio Serviço Público.

LEGISLAÇÃO

16. Valendo-se dos preceitos éticos a serem observados pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando as atribuições específicas da Comissão de Ética, caso determinada investigação aponte em direção, para além de violações éticas, a existência de corrupção ativa por parte do investigado, caberá ao presidente da Comissão deliberar pela comunicação, ou não, das autoridades competentes.
- (B) Por não se tratar de um processo com previsão expressa no Código de Processo Civil, a Comissão de Ética não será obrigada a observar princípios como o contraditório e a ampla defesa como regra.
- (C) A presença, na condição de parte, em processo administrativo disciplinar, não prejudicará o regular exercício de suas atribuições na referida Comissão.
- (D) Os integrantes da Comissão de Ética desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.
- (E) Caso um servidor do Tribunal Regional do Trabalho receba uma proposta de emprego por um conceituado escritório de advocacia, somente deverá comunicar o Tribunal quanto ao ocorrido se tiver interesse em aceitar o convite.

17. Assinale a alternativa que NÃO se enquadra dentre as proibições estabelecidas aos servidores pelo Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Praticar ou compactuar com, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética e ao interesse público, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.
- (B) Manter sob subordinação hierárquica cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade.
- (C) Manter em sigilo questões médicas de outros servidores, das quais tiver conhecimento por motivos alheios à função que ocupa.
- (D) Utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para a propagação e divulgação de questões assemelhadas a propagandas político-partidárias.

- (E) Acompanhar, inerte, perseguições a jurisdicionados administrativos ou a servidores do Tribunal.

18. De acordo com o que dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a nomeação, posse e exoneração dos ocupantes dos cargos do grupo de Direção, no que se refere à nomeação dos diretores de secretaria de Vara do Trabalho, compete ao

- (A) Corregedor Regional.
- (B) Vice-Corregedor Regional.
- (C) Presidente.
- (D) Vice-Presidente.
- (E) Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais.

19. Referente à vacância de cargos, promoções e indicações, bem como sobre a presidência das Turmas, consoante às disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Na vacância de cargos da administração do Tribunal, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este, pelo Corregedor Regional, assumindo o Vice-Corregedor Regional a Corregedoria Regional, cabendo ao desembargador mais antigo, desde que não eleito para quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou o de Presidente, o exercício da Vice-Corregedoria Regional.
- (B) Em caso de vacância no cargo de Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, em qualquer tempo, do mandato do titular, assumi-lo-á o desembargador mais antigo do órgão, ainda que seja Presidente de Turma.
- (C) As Turmas serão presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, por meio de sorteio.
- (D) No preenchimento das vagas para promoção de juízes substitutos e para o acesso de juízes titulares, será observado, unicamente, o critério da antiguidade.
- (E) Compete ao Órgão Especial indicar os juízes titulares de Vara do Trabalho para acesso ao Tribunal por antiguidade.

20. A respeito dos deveres assumidos pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo o único filho com formação em ensino superior, e, na hipótese de falecimento de seus pais, o servidor público poderá representar os interesses do comércio de sua família, na condição de mandatário, para o que poderá ser remunerado.
- (B) O servidor não poderá ser questionado se cometer alguma infração ética por orientação e pedido de seus superiores hierárquicos.
- (C) O servidor deverá dar atenção especial ao atendimento ao público quando verificada a existência de filas ou qualquer outra espécie de atraso que possa resultar em espera excessiva.
- (D) Considerando as vantagens de um meio ambiente de trabalho saudável, sem brigas ou desconfianças, o servidor público que presenciar o vazamento de informações sigilosas, por parte de um colega de seu convívio diário, não será obrigado a comunicar a situação à chefia.
- (E) Se o servidor público também exercer atividade acadêmica, será permitido que ele participe de seminários, congressos e eventos semelhantes, na condição de palestrante, ainda que durante o expediente exercido perante o Tribunal, inexistindo qualquer obrigação de prestar contas ou divulgar a eventual remuneração recebida.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21. Na história recente do Brasil, o legislador se dedicou a disciplinar e a ampliar os direitos dos portadores de deficiência, estabelecendo uma rede de proteção. Muitos foram os diplomas legais editados nesse sentido tal como a Lei nº 13.146/2015. Considerando a referida lei, no tocante à proteção legal do portador de deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

- (B) O Poder Judiciário pode cobrar do usuário com deficiência, mediante tarifa, a despesa extra que tiver para lhe dar amplo acesso a prédios e serviços públicos.
- (C) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.
- (D) É crime, punido com pena de 2 a 4 anos de reclusão, negar à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo.
- (E) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para propor as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência.

22. O artigo 11º da Lei nº 10.098/2000 disciplina que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, de acordo com o referido diploma legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (B) Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de dois banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (C) Pelo menos dois dos acessos ao interior da edificação deverão estar livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

- (D) Pelo menos dois dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverão cumprir os requisitos de acessibilidade legalmente previstos.
- (E) Aos locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar é facultado dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual.
- 23. Segundo dispõe o art. 36 do Decreto nº 3.298/1999, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponda à proporção correta desses cargos a serem reservados.**
- (A) Até duzentos empregados, um por cento.
- (B) De duzentos e um a quinhentos empregados, um por cento.
- (C) De duzentos e um a quinhentos empregados, dois por cento.
- (D) De quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento.
- (E) De quinhentos e um a mil empregados, três por cento.
- 24. De acordo com a Resolução nº 230/2016 do CNJ, a concessão de horário especial, conforme o art. 98, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, a servidor com deficiência não justifica qualquer atitude discriminatória. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA acerca da concessão de horário especial a servidor com deficiência ou que possua dependente com deficiência.**
- (A) Admitindo-se a possibilidade de acumulação de banco de horas pelos demais servidores do órgão, também deverá ser admitida a mesma possibilidade em relação ao servidor com horário especial, mas de modo proporcional.
- (B) Ao servidor a quem se tenha concedido horário especial não poderá ser negado ou dificultado, colocando-o em situação de desigualdade com os demais servidores, o exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.
- (C) A concessão de horário especial é de caráter personalíssimo, não podendo ser estendida aos servidores que possuam dependentes com deficiência, mas tão somente aos que se enquadrem como deficientes.
- (D) O servidor com horário especial não será obrigado a realizar, conforme o interesse da Administração, horas extras, se essa extensão da sua jornada de trabalho puder ocasionar qualquer dano à sua saúde.
- (E) Se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício deverá ser aproveitado de forma proporcional pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.
- 25. Um servidor do Poder Judiciário, enquadrado como portador de deficiência, pretende exercer suas atividades por meio do sistema *home office*, eis que isso é permitido pelo órgão no qual é lotado. No entanto, os custos para sua adaptação ao sistema *home office* são muito elevados. Nesse sentido, de acordo com o disciplinado na Resolução nº 230/2016 do CNJ, assinale a alternativa correta.**
- (A) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão por ele ser suportados.
- (B) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração.
- (C) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados parte pela Administração e parte pelo próprio servidor.
- (D) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração, desde que dentro dos limites estabelecidos por Portaria do CNJ.
- (E) Sendo os custos para a adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* muito elevados, não poderá ser concedido tal benefício ao servidor.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Uma aplicação exportou dados de um banco de dados para um arquivo de extensão '.csv'. Esse arquivo contém algumas centenas de linhas e várias colunas. Será necessário ordenar os dados contidos no arquivo e manipular alguns valores. No seu computador, estão disponíveis as ferramentas do Microsoft Office e LibreOffice. Qual das seguintes alternativas de software é a recomendada para realizar a tarefa necessária?

- (A) Bloco de notas.
- (B) Impress.
- (C) PowerPoint.
- (D) Calc.
- (E) Thunderbird.

27. Visualizadores de imagens podem ser utilizados para abrir arquivos como fotos, logos e desenhos. Das alternativas a seguir, qual possui somente extensões de arquivos utilizadas por visualizadores de imagens, para imagens sem animação?

- (A) .gif e .mp3
- (B) .jpg e .ppt
- (C) .img e .mkv
- (D) .mp4 e .tiff
- (E) .jpg e .png

28. Um sistema de uma empresa está acessível aos seus colaboradores através da sua Intranet. Isso significa que

- (A) o sistema pode ser acessado somente por colaboradores internos ou usuários previamente autorizados, e somente através da rede local da organização (o usuário deve estar fisicamente nas instalações da empresa).
- (B) qualquer usuário na Internet pode acessar o sistema.
- (C) faz parte da Deep Web.
- (D) o sistema pode ser acessado somente por usuários previamente autorizados, mas também pode ser possível o acesso através da Internet, dependendo de como a Intranet foi configurada.
- (E) as tecnologias utilizadas pela rede que armazena o sistema são diferentes das utilizadas na Internet.

29. No Mozilla Firefox versão 57.x, com as configurações que são padrão de instalação, toda vez que o usuário realiza um download de um arquivo, este é salvo automaticamente no diretório "Download", que está dentro do diretório padrão do usuário. Para que o usuário possa escolher o diretório onde quer salvar os arquivos baixados, qual das opções do menu ele deve escolher?

- (A) Personalizar.
- (B) Preferências.
- (C) Web Developer.
- (D) Editar.
- (E) Extensões.

30. Em uma época em que cada vez mais as informações trafegam e são armazenadas em meios digitais, tornaram-se comuns notícias sobre os prejuízos causados por ameaças como vírus, spywares e ransomwares. Essas ameaças também podem ser classificadas como:

- (A) Bugs.
- (B) Malwares.
- (C) Spam.
- (D) Badwares.
- (E) Phishing.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No exercício de suas atividades como Analista Judiciário – Área Administrativa, José recebeu um pedido de informações acerca dos servidores do TRT, para fins de instrução de mandado de segurança coletivo impetrado em face do tribunal. Acerca do mandado de segurança coletivo, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político independentemente de este possuir representação no Congresso Nacional.
- (B) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (E) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- 32. Paulo, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, é o responsável pela folha de pagamentos do tribunal e, portanto, precisa dominar as disposições constitucionais acerca do salário e remuneração do trabalho. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que NÃO representa um direito social previsto expressamente na Constituição Federal.**
- (A) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (B) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (E) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- 33. Tício, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, trabalha no setor de recursos humanos do tribunal e conhece as previsões constitucionais acerca dos direitos sociais. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) É permitido no texto constitucional, ainda que excepcionalmente, o trabalho para menores de dezesseis anos.
- (B) Em que pese ser proibida a diferença de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, é possível, na forma da lei, a diferença de critério de admissão por idade.
- (C) A Constituição Federal, apesar de prever a licença-maternidade como direito social, não garante, de forma expressa, o mesmo direito aos trabalhadores do sexo masculino.
- (D) É garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de, no mínimo, oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.
- (E) A Constituição Federal garante o direito à indenização por acidente de trabalho, a ser paga pelo empregador que incorrer em dolo ou culpa, salvo se este arcar com o seguro contra acidentes de trabalho.
- 34. João é servidor público do TRT e está no exercício de mandato eletivo. Tendo essa situação hipotética em vista e considerando apenas o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Se João ocupar mandato eletivo federal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) Caso João esteja investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (C) Investido no mandato de Prefeito, João será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) Na hipótese de João ocupar mandato eletivo distrital, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (E) Sendo João investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo sem direito à remuneração.

35. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A Constituição Federal prevê que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- () É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- () O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são absolutamente irredutíveis.
- () Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

- (A) F – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – V – F – V.

36. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão que compõe o Poder Judiciário e tem, dentre suas atribuições, o controle da atuação administrativa e financeira do Tribunal Regional do Trabalho e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes. De acordo com o que dispõe expressamente a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta apenas alguns dos membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça.

- (A) Três membros do Ministério Público dos Estados e um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo respectivo tribunal.
- (C) Um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal, e um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) O Procurador-Geral da República e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.

(E) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça, e um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

37. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O agente público que frustra a licitude de concurso público está sujeito às cominações dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- II. Será punido, com pena de suspensão, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo determinado.
- III. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- IV. A aplicação das sanções previstas nesta Lei independe da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

- (A) Apenas I e IV.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

38. De acordo com a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002), assinale a alternativa correta.

- (A) A equipe de apoio deverá ser integrada em sua totalidade por servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente da entidade promotora do evento.
- (B) É vedado adotar a modalidade de pregão nas compras e contratações de bens e serviços comuns quando efetuadas pelo sistema de registro de preços.
- (C) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não pode ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.
- (D) Para bens e serviços comuns acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) é facultado exigir garantia da proposta no valor de 5% (cinco por cento) do objeto.
- (E) O acolhimento de eventual recurso interposto contra a declaração do vencedor acarreta a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

39. “Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade” (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

O trecho acima faz referência a que espécie de ato administrativo?

- (A) Admissão.
- (B) Licença.
- (C) Autorização.
- (D) Permissão.
- (E) Aprovação.

40. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais, o servidor que procede de forma desidiosa, omitindo-se quanto a atos de fiscalização e de supervisão que deveria praticar de ofício, de forma reiterada, está sujeito a penalidade disciplinar de

- (A) advertência.
- (B) suspensão de até 30 (trinta) dias.
- (C) suspensão de até 90 (noventa) dias.
- (D) demissão.
- (E) remoção.

41. Assinale a alternativa correta sobre os contratos administrativos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993.

- (A) Ao contratado é facultado manter preposto no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato, independentemente de aceite por parte da Administração.
- (B) A execução do contrato deverá ser fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo nessa atribuição.
- (C) O ato de ocupação e utilização do local, bem como dos equipamentos empregados na execução do contrato, por parte da Administração Pública, nos casos de rescisão por ato unilateral da Administração, deve ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.
- (D) No tocante aos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, a Administração Pública não pode

ser responsabilizada, uma vez que a responsabilidade é exclusiva do contratado.

- (E) A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública pode ser aplicada juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 8 (oito) dias úteis.

42. No tocante à instrução do processo administrativo federal (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta.

- (A) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- (B) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo, outorgando o direito de obter da Administração resposta fundamentada sobre o caso.
- (C) Somente podem ser recusadas sem a devida fundamentação as provas propostas pelos interessados quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- (D) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
- (E) Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

43. Antônio foi admitido, com registro em CTPS, na função de entregador, na empresa Roupas Bonitas Confecções Ltda. em 1 de dez. de 2017 e foi demitido, sem justa causa, em 30 de mar. de 2018. Cumpria horário das 8h às 18h. Não recebeu as verbas rescisórias e outros direitos trabalhistas. Os sócios da empregadora são Paulo e Pedro, os quais também são sócios da empresa Roupas Bonitas Tecelagem Ltda. A qual fabrica e fornece os tecidos para a Roupas Bonitas Confecções. Paulo e Pedro são sócios, também, da Livraria Boa Leitura Ltda. e Delícia Bolos e da Doces Finos Ltda. Dessa última empresa, fazem parte do quadro social, também, José e João. Ocorre que Antônio prestava serviços com registro em CTPS para a empresa Roupas Bonitas Confecções Ltda., mas, diariamente, desde o início do pacto laboral, auxiliava o entregador da Roupas Bonitas Tecelagem Ltda. das 18h15 às 20h15. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta quais empresas são legítimas para integrar o polo passivo da reclamatória trabalhista ajuizada pelo ex-empregado, bem como com qual ou quais empresas este poderá ver declarado o vínculo empregatício.

- (A) As empresas Roupas Bonitas Confecções e Roupas Bonitas Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupas Bonitas Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestou serviços a essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho, coexistente com o primeiro.
- (B) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Paulo e Pedro integram o quadro social de todas, serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da Roupas Bonitas Tecelagem.
- (C) As empresas Roupas Bonitas Confecções e Roupas Bonitas Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Todavia, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da empresa Roupas Bonitas Tecelagem,

pois a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

- (D) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Paulo e Pedro integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupas Bonitas Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.
- (E) As empresas Roupas Bonitas Confecções e Roupas Bonitas Tecelagem e Livraria Boa Leitura serão responsáveis solidárias, tendo em vista que Paulo e Pedro integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupas Bonitas Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.

44. Em relação à rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração do quadro societário da empregadora constituída por sociedade limitada constitui justa causa para empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (B) Em se tratando o empregador de empresa constituída por sociedade limitada, a morte de qualquer dos sócios quotistas constitui justa causa para o empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (C) A instauração de inquérito policial em face do empregado constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
- (D) Em caso de culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá em um terço a indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (E) A perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão em decorrência de conduta dolosa do empregado constitui justa causa para o empregador rescindir o contrato de trabalho.

45. Guilherme tem 17 anos e possui ensino fundamental completo. De posse de sua CTPS e buscando seu primeiro emprego, apresentou currículo e fez entrevista na empresa Brinquedos e Cia Ltda., loja do comércio varejista de brinquedos, para preencher a vaga de auxiliar administrativo. A jornada de trabalho a ser cumprida é das 8h às 17h, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação, de segunda-feira a sexta-feira. Considerando as disposições legais aplicáveis à espécie, é correto afirmar que

- (A) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento bem como a rescisão do contrato de trabalho, se esta vier a ocorrer antes que ele complete 18 anos.
- (B) Guilherme poderá ser contratado somente na condição de aprendiz, com a devida anotação do contrato em sua CTPS.
- (C) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a prorrogação da jornada de trabalho por até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que tal possibilidade seja prevista por convenção ou acordo coletivo de trabalho, devendo ser o excesso de horas em um dia compensado pela diminuição em outro, observado o limite máximo de 48 horas semanais.
- (D) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. Não será permitida a prorrogação de jornada de trabalho, em qualquer hipótese.
- (E) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a prorrogação da jornada de trabalho por até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que haja autorização dos pais ou responsáveis e seja respeitado o horário das aulas.

46. Em relação às férias, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles deverá ser superior a 14 dias corridos.
- (B) O empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido no prazo de 60 dias subsequentes à sua saída não terá direito à inclusão desse período na contagem das férias caso retorne ao emprego.
- (C) A época do gozo das férias sempre atenderá o interesse do empregado.
- (D) O empregado terá direito a 18 dias corridos de férias, caso houver faltado ao trabalho injustificadamente de 15 a 23 dias, sendo vedado o início do gozo respectivo no período de dois dias que antecede os feriados ou repouso semanal remunerado.
- (E) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecederem feriados ou dias de repouso semanal remunerado.

47. José é funcionário do Bar e Petiscaria Hora Feliz Ltda. na função de garçom, com registro em CTPS. Recebe o salário previsto em convenção coletiva da categoria. Além disso, recebe gorjetas pagas espontaneamente pelos clientes. O estabelecimento ainda cobra dos clientes taxa de serviço, à razão de 10% dos itens consumidos, cujo valor é destinado à distribuição aos empregados. A empresa fornece, também, uniforme a todos os empregados, a ser utilizado no local de trabalho para a prestação do serviço. Diante do exposto, no que se refere à remuneração do empregado, é correto afirmar que

- (A) tanto a importância dada pelos clientes espontaneamente a José quanto o valor cobrado pela empregadora a título de taxa de serviço são considerados gorjeta.
- (B) o uniforme fornecido pela empresa a José integra sua remuneração.
- (C) as gorjetas recebidas por José dos clientes não integram sua remuneração.
- (D) somente é considerada gorjeta a importância dada pelos clientes espontaneamente a José.
- (E) a taxa de serviço cobrada pelo estabelecimento, nos termos do enunciado, não integra a remuneração do empregado.

48. Henrique foi contratado pela Loja de Conveniência Aki Tem Tudo, que funciona 24 horas, para exercer a função de atendente no horário das 21h de um dia às 6h do outro, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação. Diante dessa realidade contratual, é correto afirmar que

- (A) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. O adicional noturno, porque pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (B) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (C) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. É devida uma hora extra normal, sem considerar, para o cálculo respectivo, o adicional noturno. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das

horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

- (E) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno, de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno não integrará a base de cálculo das horas extras. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

49. Em relação às atividades consideradas perigosas e o direito ao adicional de periculosidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco, faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade é indevido tão somente quando o contato ou exposição a atividades ou operações perigosas ocorre eventualmente, ou seja, de forma fortuita, ou mesmo que seja habitual, ocorra por período de tempo muito reduzido.
- (B) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente ou eventual, assim considerada a fortuita, sujeita-se a condições de risco faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (C) O adicional de periculosidade legalmente estabelecido é de 30% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa e, quando pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) O trabalhador que desempenha suas funções em motocicleta, como os motoboys, tem direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (E) É inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei, ainda que proporcional ao tempo de exposição ao risco.

50. A data-base da categoria dos empregados das empresas do setor de confecção na cidade de Cerro Azul é 1 de junho e, assim, iniciaram-se as negociações entre as entidades patronal e obreira para que seja firmada a convenção coletiva da categoria, a vigor a partir de 1 de jun. de 2018. Poderão ser firmados, ainda, eventuais acordos coletivos de trabalho entre a entidade sindical dos trabalhadores e determinadas empresas. As partes envolvidas em tais negociações deverão ter ciência de que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em caso de

- (A) regime de sobreaviso; adicional por remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; repouso semanal remunerado.
- (B) troca do dia de feriado; remuneração por produtividade; prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.
- (C) número de dias de férias devidos ao empregado; participação nos lucros ou resultados da empresa; banco de horas anual.
- (D) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal; pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado.
- (E) teletrabalho; trabalho intermitente; seguro contra acidente de trabalho, a cargo do empregador.

51. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Constituição federal ampliou a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo a esta poderes para dirimir conflitos decorrentes das relações de trabalho e não somente relações de emprego.
- (B) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

- (C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (D) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- (E) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, entre sindicatos e empregadores e demandas de qualquer natureza entre empregadores que façam parte de um mesmo sindicato patronal.

52. Relativamente à distribuição do ônus da prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Vige, na sistemática de distribuição do ônus da probante no processo do trabalho, a distribuição dinâmica do ônus da prova, prevista originariamente no CPC de 2015 (art. 373, § 1º). Assim, nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório ou, ainda, à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso.
- (B) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na audiência de conciliação, tendo a parte reclamada apresentado contestação escrita.
- (C) A decisão que atribuir o ônus da prova de modo diverso será proferida na abertura da audiência de instrução, não sendo permitido, por tal motivo, o adiamento da audiência respectiva.
- (D) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na abertura da audiência de instrução, não sendo possível à parte à qual o encargo probatório foi transferido desincumbir-se de tal ônus.
- (E) No direito do trabalho, a prova das alegações incumbe à parte que às fizer, sendo irrelevante se uma das partes apresenta impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir seu encargo probatório.

53. No que se refere às custas no âmbito da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

- (A) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver condenação.
- (B) são isentos do pagamento de custas: a União; os Estados; o Distrito Federal; os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; o Ministério Público do Trabalho; os beneficiários de justiça gratuita.
- (C) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (D) as custas se destinam a remunerar os gastos do erário e não à garantia do juízo.
- (E) nas ações de qualquer natureza, de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2%, observado o valor mínimo de R\$ 10,64 e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

54. Rita ingressou com reclamação em face da empresa Padaria Pão Quentinho Ltda., pleiteando o pagamento de horas extraordinárias e diferenças salariais para o piso da categoria estabelecido em instrumento normativo. Apresentou pedido certo e quantitativamente determinado, indicando como valor da causa o importe de R\$ 11.500,00. Diante de tais considerações, é correto afirmar que

- (A) a sentença nesse processo, da qual deverá constar relatório, fundamentação e dispositivo, mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência.
- (B) a audiência será, obrigatoriamente, una, sendo permitida a oitiva de até duas testemunhas para cada parte, mas a reclamante terá o prazo de 05 dias para se manifestar acerca da contestação e documentos.
- (C) todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo serão decididos por ocasião da sentença, em razão da natureza célere dessa modalidade de rito processual, ao fito de se evitar intercorrências na realização da audiência, que deve ser una.

- (D) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- (E) vigora, no caso em análise, o Princípio Dispositivo, posto que o magistrado possui liberdade para ordenar a produção das provas que julgar pertinentes, para excluir ou limitar as que julgar impertinentes, excessivas ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

55. Orlando, empregado doméstico devidamente representado no processo por procurador constituído, obteve sentença de parcial procedência em reclamatória trabalhista ajuizada perante a Justiça do Trabalho em face de Eustáquio, a qual transitou em julgado em 26 de mar. de 2018. Liquidada a sentença, obteve-se o importe total de R\$ 35.500,00, aí incluso principal, encargos, custas, contribuições previdenciárias e honorários. Diante do exposto, no que se refere à execução dos créditos perseguidos na reclamatória em análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (B) O mandado de citação deverá conter, obrigatoriamente, a decisão exequenda.
- (C) Os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário serão julgados separadamente.
- (D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (E) A citação do executado poderá ser feita por carta com aviso de recebimento. Se o executado, procurado por duas vezes no período de 48 horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante 5 dias.

56. No que se refere à licença paternidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 3 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco

- negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (B) O empregado tem direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias úteis, alternados ou corridos, à sua escolha, no decorrer do primeiro mês de nascimento do filho. Tal direito é indisponível e a quantidade de dias de licença é irredutível.
- (C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por 5 dias consecutivos em caso de nascimento do filho, no decorrer da primeira semana. Contudo, tal direito pode ser reduzido ou até suprimido totalmente por acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (D) É garantido ao empregado o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (E) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Todavia, o empregador poderá descontar do salário do trabalhador os dias correspondentes à licença, que serão equiparados a faltas injustificadas.
- 57. Dentro do que se considera como pilares para um modelo de gestão pública de excelência, o papel do Ciclo PDCA nesse modelo é garantir que as realizações**
- (A) alcançarão os objetivos.
(B) acompanharão os planos.
(C) serão eficazes e atuais.
(D) cumprirão o programa.
(E) atenderão aos interesses.
- 58. O planejamento estratégico de pessoas nas organizações se refere à maneira como a função de RH**
- (A) pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente, favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
(B) determina a priorização dos objetivos organizacionais em detrimento do favorecimento e incentivo dos objetivos individuais dos funcionários.
- (C) influencia na definição dos objetivos individuais dos funcionários, para que esses objetivos estejam alinhados com a realização dos objetivos organizacionais.
(D) condiciona, subordina e controla a realização dos objetivos individuais dos funcionários ao alcance e cumprimento de todos os objetivos organizacionais.
(E) coloca a necessidade de alcance dos objetivos organizacionais e, ao mesmo tempo, desestimula o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
- 59. Na atuação de suas atividades, você é submetido à avaliação e desempenho. Se nesse processo de sua avaliação no trabalho participarem o seu chefe, seus colegas, seus subordinados e também os fornecedores e os clientes, enfim, participarem todas as pessoas que mantêm alguma interação com você, qual será o método de avaliação desenvolvido?**
- (A) Avaliação pela equipe.
(B) Avaliação para cima.
(C) Avaliação pela comissão.
(D) Avaliação 360 graus.
(E) Avaliação auto-suficiente.
- 60. Assinale a alternativa que apresenta o instrumento criado pelo Governo Federal do Brasil cuja missão é promover a gestão pública de excelência, visando contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do país.**
- (A) Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP).
(B) Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP).
(C) Programa Nacional de Desburocratização.
(D) Comissão de Simplificação Burocrática.
(E) Gespública.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

RASCUNHO

**ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA ADMINISTRATIVA**

NÍVEL SUPERIOR

TARDE

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso	01
Língua Portuguesa	01 a 15
Legislação	16 a 20
Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência	21 a 25
Noções de Informática	26 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

03

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA - ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Paulo da Costa ajuizou reclamatória trabalhista em face do Banco do Trilhão S/A. O juízo fracionou a audiência trabalhista, realizando audiência para tentativa de conciliação, que restou infrutífera. Nessa ocasião, designou audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas. O juízo facultou às partes trazerem as testemunhas à audiência, independentemente de intimação, ou apresentar o rol respectivo em 10 dias para aquelas, a fim de que fossem intimadas pelo juízo, sob pena de serem ouvidas somente as que comparecessem. Paulo, no prazo estipulado pelo juízo, requereu a intimação da testemunha Maria da Silva, declarando que as demais compareceriam à audiência independentemente de intimação. O Banco do Trilhão, por sua vez, nada declarou ou requereu no que se refere às testemunhas que pretendia ouvir. Por ocasião da audiência de instrução, compareceram as testemunhas Maria da Silva, intimada pelo juízo, bem como, a convite do reclamante, Elizabete dos Santos, ex-colega de trabalho deste e que também ajuizara reclamatória em face do Banco Trilhão; compareceu, ainda, Pedro da Costa, também ex-empregado do reclamado e irmão de Paulo. O Banco do Trilhão, por sua vez, compareceu à audiência acompanhado da testemunha Vicente Rodrigues, que foi superior imediato do reclamante, a quem este acusa de assédio moral e com o qual teve grave desentendimento durante o pacto laboral, chegando às vias de fato, sendo que, relativamente a tais fatos, houve ampla divulgação na imprensa local e há ostensiva documentação nos autos. Aberta a audiência, o advogado do reclamado requereu para que, assim que prestasse depoimento, o preposto fosse dispensado de permanecer em audiência, em razão de compromisso na empresa. Requereu, ainda, que a audiência fosse realizada a portas fechadas, apenas com a presença dos serventuários da Justiça, das partes e testemunhas, quando apregoadas. Ademais, o reclamado contraditou as testemunhas do reclamante. Quanto à testemunha Elizabete dos Santos, aduziu que esta não poderia testemunhar com isenção de ânimo em razão de também estar demandando em face do**

banco. Relativamente à testemunha Pedro da Costa, argumentou que, de modo algum, este poderia ser ouvido no processo, por ser irmão do reclamante. O reclamante, de seu turno, contraditou a testemunha Vicente, em virtude dos fatos narrados, enfatizando que, de forma alguma, este poderia ser ouvido no feito.

Diante dos requerimentos do reclamado no que se refere à liberação do preposto, à realização da audiência a portas fechadas, bem como das contraditas das testemunhas Elizabete e Pedro e, ainda, diante da contradita do reclamante em face da testemunha Vicente, diga como o juízo deve deliberar à luz da legislação trabalhista, aplicável no que tange à audiência de instrução e julgamento e à prova testemunhal, fundamentando a resposta. Considere, com relação às contraditas das testemunhas por ambas as partes, que todas as alegações estão suficientemente demonstradas nos autos. Descreva, ainda, a ordem em que, em regra, serão ouvidas as partes e as testemunhas na audiência.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

O Aleph e o Hipopótamo I

Leandro Karnal

O tempo é uma grandeza física. Está por todos os lados e em todos os recônditos de nossas vidas. Dizemos que temos tempo de sobra para algumas coisas ou, às vezes, que não temos tempo para nada. Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens. Tal é o tempo da sala de espera para ser atendido no dentista ou pelo gerente do banco, por exemplo.

Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta. Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga. O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.

Vivemos um presente fugidio. Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado, parafraseando o genial historiador Marc Bloch. Não é incomum querermos que o presente dure mais, se estique, para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos.

Se o presente é esse instante impossível de ser estendido, o passado parece um universo em franca expansão. Quanto mais envelhecemos, como indivíduos e como espécie, mais passado existe, mais parece que devemos nos lembrar, não nos esquecer. Criamos estantes com memorabilia, pastas de computador lotadas de fotos, estocamos papéis e contas já pagas, documentos. Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.

E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... “Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta”; “Semana que vem

nos encontramos, está combinado”; “Apenas um mês e... férias!”; “Daqui a um ano eu me preocupo com isso”. Um cotidiano voltado para um tempo incerto, mas que arquitetamos como algo sólido. E tudo o que é sólido se desmancha no ar, não é mesmo? Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato! [...]

Saber sobre tudo que possa vir a ocorrer é um grande desejo. Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga. “Vejo uma viagem no seu futuro”, afirma a mística intérprete das cartas. Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis. Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.

Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores, desejo maior de todos os que lotam os consultórios de psicólogos e psicanalistas. [...] Ao narrar o que vi e vivi, dependo da memória. Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória. Escamoteados pelo trauma, ficam ali condicionando nossas ações e não ações no presente. [...]

(Adaptado de <https://entrelacosdocoracao.com.br/2018/03/o-aleph-e-o-hipopotamo-i/> - Acesso em 26/03/2018)

As questões 1 a 9 referem-se ao texto I.

- 1. Assinale a alternativa que apresenta a correta reescrita dos excertos.**
(A) O excerto “[...] Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga.[...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “No nosso mundo, pautado pelo estresse, por mais compromissos que

comporte a agenda, a sensação que a areia escorre mais rapidamente pela ampulheta é funambulesca e amarga.”

- (B) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga.” pode ser reescrito da seguinte forma: “Isso punge as fileiras em videntes e os debates acerca das previsões de Nostradamus. A despeito disso, pela sua naturalidade e devir, toda profecia deve ser vaga.”.
- (C) O excerto “[...] Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores [...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “Compreender o passado em toda sua magnitude e enredamento e perceber o quanto ele ainda se faz presente são os objetivos de todos historiadores”.
- (D) O excerto “[...] Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. [...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “O que lembramos ou esquecemos nem sempre se sujeita a nosso desejo ou a nossas escolhas. Quando expresso que aspiro ao esquecimento de algo, de fato estou recordando tal cenário”.
- (E) O excerto “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado. [...]” pode ser reescrito da seguinte maneira: “Obviamente, inclusive uma previsão ínfima seria problemática pois, dela sabendo eu, poderia organizar os fatos de modo que ocorressem como pronunciados.”.

2. Assinale a alternativa em que o termo “mesmo” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.”.

- (A) Ele mesmo se apossou das terras e colocou todos para correr.
- (B) A planta brotará, mesmo que em alguns casos demore um pouco.
- (C) Eu sempre estive ao seu lado, não é mesmo?

(D) Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar.

(E) Ele feriu a si mesmo.

3. Os advérbios, por meio das circunstâncias que exprimem, contribuem na intenção do falante referente ao que ele deseja expressar, recebendo diferentes classificações quanto a tais circunstâncias. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, entre parênteses, a circunstância expressa pelo advérbio em destaque.

- (A) “Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado [...]” (negação).
- (B) “[...] para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos [...]” (afirmação).
- (C) “Apenas um mês e... férias! [...]” (inclusão).
- (D) “[...] perceber o quanto ele ainda é presente [...]” (tempo).
- (E) “[...] estocamos papéis e contas já pagas, documentos. [...]” (modo).

4. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em: “[...] E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... ‘Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta’; ‘Semana que vem nos encontramos, está combinado’ [...]”, todos os termos em destaque têm função de conjunção integrante.
- (B) Em “[...] Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, predomina a linguagem denotativa.
- (C) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, estabelece-se entre a primeira e a última oração uma relação semântica de consequência.
- (D) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, o elemento em destaque estabelece uma relação semântica de comparação entre os eventos traumáticos e as ideias de Freud.
- (E) Em “[...] Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, os dois pontos são utilizados para apresentar uma citação indireta.

5. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, é obrigatória a presença das vírgulas porque os constituintes frasais estão ligados por processo de subordinação.
- (B) Em “[...] ‘Vejo uma viagem no seu futuro’ [...]”, o verbo “ver” apresenta a mesma regência e transitividade que na frase “Aquele senhor não vê mais”.
- (C) Em “[...] Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, o verbo “haver” poderia ser substituído por “existissem”, sem gerar prejuízo gramatical ao texto.
- (D) Com base nas relações de concatenação de ideias estabelecidas entre os elementos textuais, depreende-se que a expressão “ele”, em “Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus.” (6º parágrafo), refere-se ao tempo.
- (E) O excerto “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato!” poderia ser reescrito, sem prejudicar a correção gramatical ou mudar seu sentido, da seguinte maneira: “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, lhe sentir nas mãos, calcular-lhe de fato!”.

6. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **A metáfora é uma figura de linguagem que consiste no desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos. Um exemplo está na frase “Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.”.**
- II. **A gradação é uma figura de linguagem que consiste em uma sequência de ideias dispostas em sentido ascendente ou descendente. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.**
- III. **A prosopopeia é uma figura de linguagem pela qual fazemos os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como humanos. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.**

- (A) Apenas I.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I e III.
(E) I, II e III.

7. “O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.”

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado na frase apresentada está grifado em

- (A) “O tempo é uma grandeza física.”.
(B) “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo [...]”.
(C) “[...] efetivamente estou me lembrando da situação”.
(D) “[...] como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados.”.
(E) “[...] você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro [...]”.

8. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Há uma relação dialética entre passado e presente, em que a percepção temporal se dá de maneira semelhante, já que ambos estão em intenso alargamento.
(B) Fatos traumáticos são recalçados pela memória e, assim, não interferem nas vivências conscientes dos indivíduos.
(C) Se fosse possível saber fortuitamente do futuro, as pessoas agiriam para que as previsões não se concretizassem, uma vez que seriam previsões detalhadas.
(D) Embora o futuro seja dubitável, os indivíduos o planejam como algo palpável. A causa desse hábito humano está na percepção volúvel da velocidade de passagem do tempo.
(E) A percepção humana do tempo é variável. A noção de seu decorrer depende da atividade que o envolve ou que dele depende.

9. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto se compõe de uma tese que se comprova com diferentes tipos de argumentos. No quarto parágrafo, por exemplo, o autor utiliza exemplos factuais para defender seu ponto de vista.

- (B) O autor utiliza sequências injuntivas para defender seu ponto de vista. Tais sequências são marcadas por verbos no modo subjuntivo e flexionados na primeira pessoa do plural.
- (C) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. [...]” resume o que será desenvolvido no 6º parágrafo.
- (D) Em “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, [...]” (6º parágrafo), o elemento em destaque faz uma referência anafórica à obra “A Cartomante”, de Machado de Assis.
- (E) No 5º parágrafo, as aspas são utilizadas para ironizar a fala daqueles que atribuem ao futuro a certeza da realização de seus planos.

Texto II

[...] Saiu da casa da cartomante aos tropeços e parou no beco escurecido pelo crepúsculo — crepúsculo que é hora de ninguém. Mas ela de olhos ofuscados como se o último final da tarde fosse mancha de sangue e ouro quase negro. Tanta riqueza de atmosfera a recebeu e o primeiro esgar da noite que, sim, sim, era funda e faustosa. Macabéa ficou um pouco aturdida sem saber se atravessaria a rua pois sua vida já estava mudada. E mudada por palavras — desde Moisés se sabe que a palavra é divina. Até para atravessar a rua ela já era outra pessoa. Uma pessoa grávida de futuro. Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero. Se ela não era mais ela mesma, isso significava uma perda que valia por um ganho. Assim como havia sentença de morte, a cartomante lhe decretara sentença de vida. Tudo de repente era muito e muito e tão amplo que ela sentiu vontade de chorar. Mas não chorou: seus olhos faiscavam como o sol que morria. Então ao dar o passo de descida da calçada para atravessar a rua, o Destino (explosão) sussurrou veloz e guloso: é agora é já, chegou a minha vez! E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a — e neste mesmo instante em algum único lugar do mundo um cavalo como resposta empinou-se em gargalhada de relincho.

Macabéa ao cair ainda teve tempo de ver, antes que o carro fugisse, que já começavam a ser cumpridas as predições de madama Carlota,

pois o carro era de alto luxo. Sua queda não era nada, pensou ela, apenas um empurrão. Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta. E da cabeça um fio de sangue inesperadamente vermelho e rico. O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito. [...]

(Excerto adaptado e extraído da obra “A Hora da Estrela”. LISPECTOR, Clarice. 23ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.)

As questões 10 a 13 referem-se ao texto II.

- 10. Assinale a alternativa cuja substituição do elemento sublinhado pelo elemento entre parênteses NÃO gera incorreção gramatical ou alteração de sentido no texto.**
- (A) “[...] que um dia vai talvez reivindicar o direito [...]” (reivindicar-lhe).
- (B) “[...] isso significava uma perda que valia por um ganho.” (perca).
- (C) “[...] ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.” (à qual).
- (D) “O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça [...]” (à).
- (E) “[...] E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a [...]” (a atingiu).
- 11. O seguinte excerto “[...] um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.”, ao ser transposto para a voz passiva analítica, terá como resultado:**
- (A) o direito ao grito vai talvez ser reivindicado.
- (B) o direito ao grito será talvez reivindicado.
- (C) o direito ao grito talvez reivindicar-se-á.
- (D) reivindicará o direito ao grito.
- (E) irá talvez reivindicar o direito ao grito.

12. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O narrador, em primeira pessoa, descreve o momento em que a personagem vai à casa de uma vidente e descobre estar grávida.
- (B) Trata-se de um texto predominantemente dissertativo, em que se expõe o relato de uma tragédia ocorrida com Macabéa.
- (C) A mudança na vida de Macabéa, citada em “[...] pois sua vida já estava mudada.”, refere-se à viagem empreendida por ela, que se realizara após encontrar o carro que estava à sua espera.
- (D) O excerto demonstra a fragilidade social da personagem que, ironicamente, teve um momento de esperança antes de ser atropelada.
- (E) A narrativa descreve uma cena trivial de final de tarde, em que Macabéa presencia o atropelamento e a morte de um cavalo.

13. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) Alguns elementos textuais que compõem a descrição da cena formam um campo semântico voltado à melancolia e ao findar da vida, como o “crepúsculo”, o “final da tarde”, a “mancha de sangue” e o “sol que morria”.
- (B) O uso de verbos no presente do subjuntivo dá o tom profético ao texto, que se constrói a partir de uma situação hipotética, de um desejo da personagem. Um exemplo desse uso está em “[...] Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero.”.
- (C) O excerto “Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta.” delinea um tratamento humano dado à personagem, haja vista a importância de suas relações sociais, tanto com a cartomante, quanto com o motorista do carro de luxo.
- (D) Todos os travessões utilizados no excerto servem para inserir comentários do narrador de tom explicativo, a fim de elucidar e amplificar as percepções do leitor diante da descrição da cena narrada.
- (E) O seguinte excerto “[...] é agora é já, chegou a minha vez!” representa a fala de Macabéa ao ver a Mercedes chegando em sua direção.

14. Sobre os aspectos gerais da Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, bem como de contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.
- (B) Embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala, ou a quem se dirige a comunicação), os pronomes de tratamento (ou de segunda pessoa indireta) levam a concordância para a terceira pessoa.
- (C) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, verbosidade, formalidade e dissonância.
- (D) A verbosidade evita a duplicidade de interpretações que poderia decorrer de um tratamento personalista dado ao texto.
- (E) As comunicações oficiais são necessariamente heterogêneas, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e um receptor dessas comunicações, que é o próprio Serviço Público.

15. Sobre a Correspondência Oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República), assinale a alternativa correta.

- (A) Os ministros de Estado são tratados pelo pronome “Vossa Excelência” e o vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a essas autoridades é “Excelentíssimo Senhor Ministro”.
- (B) Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento “digníssimo” (DD), uma vez que a dignidade é pressuposta para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.
- (C) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é “Magnífico Senhor”, seguido do cargo ao qual se refere.
- (D) Os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento são sempre os da segunda pessoa, como no exemplo “Vossa Senhoria nomeará teu substituto”.
- (E) O gênero gramatical deve estar sempre em concordância com o pronome de tratamento, ou seja, com o substantivo que compõe a locução, e não com o sexo da pessoa a que se refere.

16. Assinale a alternativa que NÃO se enquadra dentre as proibições estabelecidas aos servidores pelo Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Praticar ou compactuar com, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética e ao interesse público, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.
- (B) Manter sob subordinação hierárquica cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade.
- (C) Manter em sigilo questões médicas de outros servidores, das quais tiver conhecimento por motivos alheios à função que ocupa.
- (D) Utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para a propagação e divulgação de questões assemelhadas a propagandas político-partidárias.
- (E) Acompanhar, inerte, perseguições a jurisdicionados administrativos ou a servidores do Tribunal.

17. De acordo com o que dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a nomeação, posse e exoneração dos ocupantes dos cargos do grupo de Direção, no que se refere à nomeação dos diretores de secretaria de Vara do Trabalho, compete ao

- (A) Corregedor Regional.
- (B) Vice-Corregedor Regional.
- (C) Presidente.
- (D) Vice-Presidente.
- (E) Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais.

18. Referente à vacância de cargos, promoções e indicações, bem como sobre a presidência das Turmas, consoante às disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Na vacância de cargos da administração do Tribunal, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este, pelo Corregedor Regional, assumindo o Vice-Corregedor Regional a Corregedoria Regional, cabendo ao desembargador mais antigo, desde que não eleito para quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou o de Presidente, o exercício da Vice-Corregedoria Regional.

- (B) Em caso de vacância no cargo de Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, em qualquer tempo, do mandato do titular, assumi-lo-á o desembargador mais antigo do órgão, ainda que seja Presidente de Turma.

- (C) As Turmas serão presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, por meio de sorteio.

- (D) No preenchimento das vagas para promoção de juizes substitutos e para o acesso de juizes titulares, será observado, unicamente, o critério da antiguidade.

- (E) Compete ao Órgão Especial indicar os juizes titulares de Vara do Trabalho para acesso ao Tribunal por antiguidade.

19. A respeito dos deveres assumidos pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo o único filho com formação em ensino superior, e, na hipótese de falecimento de seus pais, o servidor público poderá representar os interesses do comércio de sua família, na condição de mandatário, para o que poderá ser remunerado.

- (B) O servidor não poderá ser questionado se cometer alguma infração ética por orientação e pedido de seus superiores hierárquicos.

- (C) O servidor deverá dar atenção especial ao atendimento ao público quando verificada a existência de filas ou qualquer outra espécie de atraso que possa resultar em espera excessiva.

- (D) Considerando as vantagens de um meio ambiente de trabalho saudável, sem brigas ou desconfianças, o servidor público que presenciar o vazamento de informações sigilosas, por parte de um colega de seu convívio diário, não será obrigado a comunicar a situação à chefia.

- (E) Se o servidor público também exercer atividade acadêmica, será permitido que ele participe de seminários, congressos e eventos semelhantes, na condição de palestrante, ainda que durante o expediente exercido perante o Tribunal, inexistindo qualquer obrigação de prestar contas ou divulgar a eventual remuneração recebida.

20. Valendo-se dos preceitos éticos a serem observados pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando as atribuições específicas da Comissão de Ética, caso determinada investigação aponte em direção, para além de violações éticas, a existência de corrupção ativa por parte do investigado, caberá ao presidente da Comissão deliberar pela comunicação, ou não, das autoridades competentes.
- (B) Por não se tratar de um processo com previsão expressa no Código de Processo Civil, a Comissão de Ética não será obrigada a observar princípios como o contraditório e a ampla defesa como regra.
- (C) A presença, na condição de parte, em processo administrativo disciplinar, não prejudicará o regular exercício de suas atribuições na referida Comissão.
- (D) Os integrantes da Comissão de Ética desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.
- (E) Caso um servidor do Tribunal Regional do Trabalho receba uma proposta de emprego por um conceituado escritório de advocacia, somente deverá comunicar o Tribunal quanto ao ocorrido se tiver interesse em aceitar o convite.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21. O artigo 11º da Lei nº 10.098/2000 disciplina que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, de acordo com o referido diploma legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (B) Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de dois banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por

pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

- (C) Pelo menos dois dos acessos ao interior da edificação deverão estar livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (D) Pelo menos dois dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverão cumprir os requisitos de acessibilidade legalmente previstos.
- (E) Aos locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar é facultado dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual.

22. Segundo dispõe o art. 36 do Decreto nº 3.298/1999, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponda à proporção correta desses cargos a serem reservados.

- (A) Até duzentos empregados, um por cento.
- (B) De duzentos e um a quinhentos empregados, um por cento.
- (C) De duzentos e um a quinhentos empregados, dois por cento.
- (D) De quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento.
- (E) De quinhentos e um a mil empregados, três por cento.

23. De acordo com a Resolução nº 230/2016 do CNJ, a concessão de horário especial, conforme o art. 98, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, a servidor com deficiência não justifica qualquer atitude discriminatória. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA acerca da concessão de horário especial a servidor com deficiência ou que possua dependente com deficiência.

- (A) Admitindo-se a possibilidade de acumulação de banco de horas pelos demais servidores do órgão, também deverá ser admitida a mesma possibilidade em relação ao servidor com horário especial, mas de modo proporcional.

- (B) Ao servidor a quem se tenha concedido horário especial não poderá ser negado ou dificultado, colocando-o em situação de desigualdade com os demais servidores, o exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.
- (C) A concessão de horário especial é de caráter personalíssimo, não podendo ser estendida aos servidores que possuam dependentes com deficiência, mas tão somente aos que se enquadrem como deficientes.
- (D) O servidor com horário especial não será obrigado a realizar, conforme o interesse da Administração, horas extras, se essa extensão da sua jornada de trabalho puder ocasionar qualquer dano à sua saúde.
- (E) Se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício deverá ser aproveitado de forma proporcional pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.

24. Um servidor do Poder Judiciário, enquadrado como portador de deficiência, pretende exercer suas atividades por meio do sistema *home office*, eis que isso é permitido pelo órgão no qual é lotado. No entanto, os custos para sua adaptação ao sistema *home office* são muito elevados. Nesse sentido, de acordo com o disciplinado na Resolução nº 230/2016 do CNJ, assinale a alternativa correta.

- (A) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão por ele ser suportados.
- (B) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração.
- (C) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados parte pela Administração e parte pelo próprio servidor.
- (D) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração, desde que dentro dos limites estabelecidos por Portaria do CNJ.
- (E) Sendo os custos para a adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* muito elevados, não poderá ser concedido tal benefício ao servidor.

25. Na história recente do Brasil, o legislador se dedicou a disciplinar e a ampliar os direitos dos portadores de deficiência, estabelecendo uma rede de proteção. Muitos foram os diplomas legais editados nesse sentido tal como a Lei nº 13.146/2015. Considerando a referida lei, no tocante à proteção legal do portador de deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (B) O Poder Judiciário pode cobrar do usuário com deficiência, mediante tarifa, a despesa extra que tiver para lhe dar amplo acesso a prédios e serviços públicos.
- (C) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.
- (D) É crime, punido com pena de 2 a 4 anos de reclusão, negar à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo.
- (E) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para propor as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Visualizadores de imagens podem ser utilizados para abrir arquivos como fotos, logos e desenhos. Das alternativas a seguir, qual possui somente extensões de arquivos utilizadas por visualizadores de imagens, para imagens sem animação?

- (A) .gif e .mp3
- (B) .jpg e .ppt
- (C) .img e .mkv
- (D) .mp4 e .tiff
- (E) .jpg e .png

27. Um sistema de uma empresa está acessível aos seus colaboradores através da sua Intranet. Isso significa que

- (A) o sistema pode ser acessado somente por colaboradores internos ou usuários previamente autorizados, e somente através da rede local da organização (o usuário deve estar fisicamente nas instalações da empresa).
- (B) qualquer usuário na Internet pode acessar o sistema.
- (C) faz parte da Deep Web.
- (D) o sistema pode ser acessado somente por usuários previamente autorizados, mas também pode ser possível o acesso através da Internet, dependendo de como a Intranet foi configurada.
- (E) as tecnologias utilizadas pela rede que armazena o sistema são diferentes das utilizadas na Internet.

28. No Mozilla Firefox versão 57.x, com as configurações que são padrão de instalação, toda vez que o usuário realiza um download de um arquivo, este é salvo automaticamente no diretório "Download", que está dentro do diretório padrão do usuário. Para que o usuário possa escolher o diretório onde quer salvar os arquivos baixados, qual das opções do menu ele deve escolher?

- (A) Personalizar.
- (B) Preferências.
- (C) Web Developer.
- (D) Editar.
- (E) Extensões.

29. Em uma época em que cada vez mais as informações trafegam e são armazenadas em meios digitais, tornaram-se comuns

notícias sobre os prejuízos causados por ameaças como vírus, spywares e ransomwares. Essas ameaças também podem ser classificadas como:

- (A) Bugs.
- (B) Malwares.
- (C) Spam.
- (D) Badwares.
- (E) Phishing.

30. Uma aplicação exportou dados de um banco de dados para um arquivo de extensão '.csv'. Esse arquivo contém algumas centenas de linhas e várias colunas. Será necessário ordenar os dados contidos no arquivo e manipular alguns valores. No seu computador, estão disponíveis as ferramentas do Microsoft Office e LibreOffice. Qual das seguintes alternativas de software é a recomendada para realizar a tarefa necessária?

- (A) Bloco de notas.
- (B) Impress.
- (C) PowerPoint.
- (D) Calc.
- (E) Thunderbird.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Paulo, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, é o responsável pela folha de pagamentos do tribunal e, portanto, precisa dominar as disposições constitucionais acerca do salário e remuneração do trabalho. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que NÃO representa um direito social previsto expressamente na Constituição Federal.

- (A) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (B) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (E) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

32. Tício, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, trabalha no setor de recursos humanos do tribunal e conhece as previsões constitucionais acerca dos direitos sociais. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido no texto constitucional, ainda que excepcionalmente, o trabalho para menores de dezesseis anos.
- (B) Em que pese ser proibida a diferença de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, é possível, na forma da lei, a diferença de critério de admissão por idade.
- (C) A Constituição Federal, apesar de prever a licença-maternidade como direito social, não garante, de forma expressa, o mesmo direito aos trabalhadores do sexo masculino.
- (D) É garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de, no mínimo, oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.
- (E) A Constituição Federal garante o direito à indenização por acidente de trabalho, a ser paga pelo empregador que incorrer em dolo ou culpa, salvo se este arcar com o seguro contra acidentes de trabalho.

33. João é servidor público do TRT e está no exercício de mandato eletivo. Tendo essa situação hipotética em vista e considerando apenas o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Se João ocupar mandato eletivo federal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) Caso João esteja investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (C) Investido no mandato de Prefeito, João será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) Na hipótese de João ocupar mandato eletivo distrital, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (E) Sendo João investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo sem direito à remuneração.

34. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A Constituição Federal prevê que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- () É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- () O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são absolutamente irredutíveis.
- () Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

- (A) F – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – V – F – V.

35. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão que compõe o Poder Judiciário e tem, dentre suas atribuições, o controle da atuação administrativa e financeira do Tribunal Regional do Trabalho e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. De acordo com o que dispõe expressamente a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta apenas alguns dos membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça.

- (A) Três membros do Ministério Público dos Estados e um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo respectivo tribunal.
- (C) Um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal, e um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) O Procurador-Geral da República e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.
- (E) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça, e um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

36. No exercício de suas atividades como Analista Judiciário – Área Administrativa, José recebeu um pedido de informações acerca dos servidores do TRT, para fins de instrução de mandado de segurança coletivo impetrado em face do tribunal. Acerca do mandado de segurança coletivo, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político independentemente de este possuir representação no Congresso Nacional.
- (B) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo, ficando o autor, salvo comprovada má-

fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (E) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

37. De acordo com a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002), assinale a alternativa correta.

- (A) A equipe de apoio deverá ser integrada em sua totalidade por servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente da entidade promotora do evento.
- (B) É vedado adotar a modalidade de pregão nas compras e contratações de bens e serviços comuns quando efetuadas pelo sistema de registro de preços.
- (C) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não pode ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.
- (D) Para bens e serviços comuns acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) é facultado exigir garantia da proposta no valor de 5% (cinco por cento) do objeto.
- (E) O acolhimento de eventual recurso interposto contra a declaração do vencedor acarreta a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

38. “Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade” (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

O trecho acima faz referência a que espécie de ato administrativo?

- (A) Admissão.
- (B) Licença.
- (C) Autorização.
- (D) Permissão.
- (E) Aprovação.

39. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais, o servidor que procede de forma desidiosa, omitindo-se quanto a atos de fiscalização e de supervisão que deveria praticar de ofício, de forma reiterada, está sujeito a penalidade disciplinar de

- (A) advertência.
- (B) suspensão de até 30 (trinta) dias.
- (C) suspensão de até 90 (noventa) dias.
- (D) demissão.
- (E) remoção.

40. Assinale a alternativa correta sobre os contratos administrativos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993.

- (A) Ao contratado é facultado manter preposto no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato, independentemente de aceite por parte da Administração.
- (B) A execução do contrato deverá ser fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo nessa atribuição.
- (C) O ato de ocupação e utilização do local, bem como dos equipamentos empregados na execução do contrato, por parte da Administração Pública, nos casos de rescisão por ato unilateral da Administração, deve ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.
- (D) No tocante aos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, a Administração Pública não pode ser responsabilizada, uma vez que a responsabilidade é exclusiva do contratado.
- (E) A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública pode ser aplicada juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 8 (oito) dias úteis.

41. No tocante à instrução do processo administrativo federal (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta.

- (A) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

(B) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo, outorgando o direito de obter da Administração resposta fundamentada sobre o caso.

(C) Somente podem ser recusadas sem a devida fundamentação as provas propostas pelos interessados quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

(D) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

(E) Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

42. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. O agente público que frustra a licitude de concurso público está sujeito às cominações dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

II. Será punido, com pena de suspensão, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo determinado.

III. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

IV. A aplicação das sanções previstas nesta Lei independe da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

- (A) Apenas I e IV.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

43. Em relação à rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração do quadro societário da empregadora constituída por sociedade limitada constitui justa causa para empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (B) Em se tratando o empregador de empresa constituída por sociedade limitada, a morte de qualquer dos sócios quotistas constitui justa causa para o empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (C) A instauração de inquérito policial em face do empregado constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
- (D) Em caso de culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá em um terço a indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (E) A perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão em decorrência de conduta dolosa do empregado constitui justa causa para o empregador rescindir o contrato de trabalho.

44. Guilherme tem 17 anos e possui ensino fundamental completo. De posse de sua CTPS e buscando seu primeiro emprego, apresentou currículo e fez entrevista na empresa Brinquedos e Cia Ltda., loja do comércio varejista de brinquedos, para preencher a vaga de auxiliar administrativo. A jornada de trabalho a ser cumprida é das 8h às 17h, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação, de segunda-feira a sexta-feira. Considerando as disposições legais aplicáveis à espécie, é correto afirmar que

- (A) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento bem como a rescisão do contrato de trabalho, se esta vier a ocorrer antes que ele complete 18 anos.
- (B) Guilherme poderá ser contratado somente na condição de aprendiz, com a devida anotação do contrato em sua CTPS.
- (C) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a

prorrogação da jornada de trabalho por até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que tal possibilidade seja prevista por convenção ou acordo coletivo de trabalho, devendo ser o excesso de horas em um dia compensado pela diminuição em outro, observado o limite máximo de 48 horas semanais.

- (D) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. Não será permitida a prorrogação de jornada de trabalho, em qualquer hipótese.
- (E) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a prorrogação da jornada de trabalho por até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que haja autorização dos pais ou responsáveis e seja respeitado o horário das aulas.

45. Em relação às férias, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles deverá ser superior a 14 dias corridos.
- (B) O empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido no prazo de 60 dias subsequentes à sua saída não terá direito à inclusão desse período na contagem das férias caso retorne ao emprego.
- (C) A época do gozo das férias sempre atenderá o interesse do empregado.
- (D) O empregado terá direito a 18 dias corridos de férias, caso houver faltado ao trabalho injustificadamente de 15 a 23 dias, sendo vedado o início do gozo respectivo no período de dois dias que antecede os feriados ou repouso semanal remunerado.
- (E) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecederem feriados ou dias de repouso semanal remunerado.

46. José é funcionário do Bar e Petiscaria Hora Feliz Ltda. na função de garçom, com registro em CTPS. Recebe o salário previsto em convenção coletiva da categoria. Além disso, recebe gorjetas pagas espontaneamente pelos clientes. O estabelecimento ainda cobra

dos clientes taxa de serviço, à razão de 10% dos itens consumidos, cujo valor é destinado à distribuição aos empregados. A empresa fornece, também, uniforme a todos os empregados, a ser utilizado no local de trabalho para a prestação do serviço. Diante do exposto, no que se refere à remuneração do empregado, é correto afirmar que

- (A) tanto a importância dada pelos clientes espontaneamente a José quanto o valor cobrado pela empregadora a título de taxa de serviço são considerados gorjeta.
- (B) o uniforme fornecido pela empresa a José integra sua remuneração.
- (C) as gorjetas recebidas por José dos clientes não integram sua remuneração.
- (D) somente é considerada gorjeta a importância dada pelos clientes espontaneamente a José.
- (E) a taxa de serviço cobrada pelo estabelecimento, nos termos do enunciado, não integra a remuneração do empregado.

47. Henrique foi contratado pela Loja de Conveniência Aki Tem Tudo, que funciona 24 horas, para exercer a função de atendente no horário das 21h de um dia às 6h do outro, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação. Diante dessa realidade contratual, é correto afirmar que

- (A) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. O adicional noturno, porque pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (B) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior

desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

- (C) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. É devida uma hora extra normal, sem considerar, para o cálculo respectivo, o adicional noturno. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (E) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno, de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno não integrará a base de cálculo das horas extras. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

48. Em relação às atividades consideradas perigosas e o direito ao adicional de periculosidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco, faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade é indevido tão somente quando o contato ou exposição a atividades ou operações perigosas ocorre eventualmente, ou seja, de forma fortuita, ou mesmo que seja habitual, ocorra por período de tempo muito reduzido.
- (B) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente ou eventual, assim considerada a fortuita, sujeita-se a condições de risco faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (C) O adicional de periculosidade legalmente estabelecido é de 30% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa e, quando pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) O trabalhador que desempenha suas funções em motocicleta, como os motoboys, tem direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (E) É inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei, ainda que proporcional ao tempo de exposição ao risco.

49. A data-base da categoria dos empregados das empresas do setor de confecção na cidade de Cerro Azul é 1 de junho e, assim, iniciaram-se as negociações entre as entidades patronal e obreira para que seja firmada a convenção coletiva da categoria, a vigor a partir de 1 de jun. de 2018. Poderão ser firmados, ainda, eventuais acordos coletivos de trabalho entre a entidade sindical dos trabalhadores e determinadas empresas. As partes envolvidas em tais negociações deverão ter ciência de que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em caso de

- (A) regime de sobreaviso; adicional por remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; repouso semanal remunerado.

- (B) troca do dia de feriado; remuneração por produtividade; prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.
- (C) número de dias de férias devidos ao empregado; participação nos lucros ou resultados da empresa; banco de horas anual.
- (D) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal; pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado.
- (E) teletrabalho; trabalho intermitente; seguro contra acidente de trabalho, a cargo do empregador.

50. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Constituição federal ampliou a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo a esta poderes para dirimir conflitos decorrentes das relações de trabalho e não somente relações de emprego.
- (B) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.
- (C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (D) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- (E) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, entre sindicatos e empregadores e demandas de qualquer natureza entre empregadores que façam parte de um mesmo sindicato patronal.

51. Relativamente à distribuição do ônus da prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Vige, na sistemática de distribuição do ônus da probante no processo do trabalho, a distribuição dinâmica ônus da prova,

prevista originariamente no CPC de 2015 (art. 373, § 1º). Assim, nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório ou, ainda, à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso.

- (B) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na audiência de conciliação, tendo a parte reclamada apresentado contestação escrita.
- (C) A decisão que atribuir o ônus da prova de modo diverso será proferida na abertura da audiência de instrução, não sendo permitido, por tal motivo, o adiamento da audiência respectiva.
- (D) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na abertura da audiência de instrução, não sendo possível à parte à qual o encargo probatório foi transferido desincumbir-se de tal ônus.
- (E) No direito do trabalho, a prova das alegações incumbe à parte que às fizer, sendo irrelevante se uma das partes apresenta impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir seu encargo probatório.

52. No que se refere às custas no âmbito da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

- (A) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver condenação.
- (B) são isentos do pagamento de custas: a União; os Estados; o Distrito Federal; os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; o Ministério Público do Trabalho; os beneficiários de justiça gratuita.
- (C) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (D) as custas se destinam a remunerar os gastos do erário e não à garantia do juízo.
- (E) nas ações de qualquer natureza, de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2%,

observado o valor mínimo de R\$ 10,64 e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

53. Rita ingressou com reclamação em face da empresa Padaria Pão Quentinho Ltda., pleiteando o pagamento de horas extraordinárias e diferenças salariais para o piso da categoria estabelecido em instrumento normativo. Apresentou pedido certo e quantitativamente determinado, indicando como valor da causa o importe de R\$ 11.500,00. Diante de tais considerações, é correto afirmar que

- (A) a sentença nesse processo, da qual deverá constar relatório, fundamentação e dispositivo, mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência.
- (B) a audiência será, obrigatoriamente, una, sendo permitida a oitiva de até duas testemunhas para cada parte, mas a reclamante terá o prazo de 05 dias para se manifestar acerca da contestação e documentos.
- (C) todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo serão decididos por ocasião da sentença, em razão da natureza célere dessa modalidade de rito processual, ao fito de se evitar intercorrências na realização da audiência, que deve ser una.
- (D) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- (E) vigora, no caso em análise, o Princípio Dispositivo, posto que o magistrado possui liberdade para ordenar a produção das provas que julgar pertinentes, para excluir ou limitar as que julgar impertinentes, excessivas ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

54. Orlando, empregado doméstico devidamente representado no processo por procurador constituído, obteve sentença de parcial procedência em reclamatória trabalhista ajuizada perante a Justiça do Trabalho em face de Eustáquio, a qual transitou em julgado em 26 de mar. de 2018. Liquidada a sentença, obteve-se o importe total de R\$ 35.500,00, aí incluso principal, encargos, custas, contribuições previdenciárias e honorários. Diante do exposto, no que se refere à execução dos créditos perseguidos na reclamatória em análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (B) O mandado de citação deverá conter, obrigatoriamente, a decisão exequenda.
- (C) Os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário serão julgados separadamente.
- (D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (E) A citação do executado poderá ser feita por carta com aviso de recebimento. Se o executado, procurado por duas vezes no período de 48 horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante 5 dias.

55. No que se refere à licença paternidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 3 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (B) O empregado tem direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias úteis, alternados ou corridos, à sua escolha, no decorrer do primeiro mês de nascimento do filho. Tal direito é indisponível e a quantidade de dias de licença é irredutível.
- (C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por 5 dias consecutivos em caso de nascimento do filho, no decorrer da

primeira semana. Contudo, tal direito pode ser reduzido ou até suprimido totalmente por acordos ou convenções coletivas de trabalho.

- (D) É garantido ao empregado o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (E) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Todavia, o empregador poderá descontar do salário do trabalhador os dias correspondentes à licença, que serão equiparados a faltas injustificadas.

56. Antônio foi admitido, com registro em CTPS, na função de entregador, na empresa Roupa Bonita Confecções Ltda. em 1 de dez. de 2017 e foi demitido, sem justa causa, em 30 de mar. de 2018. Cumpria horário das 8h às 18h. Não recebeu as verbas rescisórias e outros direitos trabalhistas. Os sócios da empregadora são Paulo e Pedro, os quais também são sócios da empresa Roupa Bonita Tecelagem Ltda. A qual fabrica e fornece os tecidos para a Roupa Bonita Confecções. Paulo e Pedro são sócios, também, da Livraria Boa Leitura Ltda. e Delícia Bolos e da Doces Finos Ltda. Dessa última empresa, fazem parte do quadro social, também, José e João. Ocorre que Antônio prestava serviços com registro em CTPS para a empresa Roupa Bonita Confecções Ltda., mas, diariamente, desde o início do pacto laboral, auxiliava o entregador da Roupa Bonita Tecelagem Ltda. das 18h15 às 20h15. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta quais empresas são legítimas para integrar o polo passivo da reclamatória trabalhista ajuizada pelo ex-empregado, bem como com qual ou quais empresas este poderá ver declarado o vínculo empregatício.

- (A) As empresas Roupa Bonita Confecções e Roupa Bonita Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito

- perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupa Bonita Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestou serviços a essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho, coexistente com o primeiro.
- (B) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas, serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da Roupa Bonita Tecelagem.
- (C) As empresas Roupa Bonita Confecções e Roupa Bonita Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Todavia, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da empresa Roupa Bonita Tecelagem, pois a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.
- (D) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupa Bonita Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.
- (E) As empresas Roupa Bonita Confecções e Roupa Bonita Tecelagem e Livraria Boa Leitura serão responsáveis solidárias, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupa Bonita Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.
- 57. O planejamento estratégico de pessoas nas organizações se refere à maneira como a função de RH**
- (A) pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente, favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
- (B) determina a priorização dos objetivos organizacionais em detrimento do favorecimento e incentivo dos objetivos individuais dos funcionários.
- (C) influencia na definição dos objetivos individuais dos funcionários, para que esses objetivos estejam alinhados com a realização dos objetivos organizacionais.
- (D) condiciona, subordina e controla a realização dos objetivos individuais dos funcionários ao alcance e cumprimento de todos os objetivos organizacionais.
- (E) coloca a necessidade de alcance dos objetivos organizacionais e, ao mesmo tempo, desestimula o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
- 58. Na atuação de suas atividades, você é submetido à avaliação e desempenho. Se nesse processo de sua avaliação no trabalho participarem o seu chefe, seus colegas, seus subordinados e também os fornecedores e os clientes, enfim, participarem todas as pessoas que mantêm alguma interação com você, qual será o método de avaliação desenvolvido?**
- (A) Avaliação pela equipe.
- (B) Avaliação para cima.
- (C) Avaliação pela comissão.
- (D) Avaliação 360 graus.
- (E) Avaliação auto-suficiente.
- 59. Assinale a alternativa que apresenta o instrumento criado pelo Governo Federal do Brasil cuja missão é promover a gestão pública de excelência, visando contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do país.**
- (A) Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP).
- (B) Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP).
- (C) Programa Nacional de Desburocratização.
- (D) Comissão de Simplificação Burocrática.
- (E) Gespública.

60. Dentro do que se considera como pilares para um modelo de gestão pública de excelência, o papel do Ciclo PDCA nesse modelo é garantir que as realizações

- (A) alcançarão os objetivos.
- (B) acompanharão os planos.
- (C) serão eficazes e atuais.
- (D) cumprirão o programa.
- (E) atenderão aos interesses.

.....

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

.....

RASCUNHO



**ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA ADMINISTRATIVA**

NÍVEL SUPERIOR

TARDE

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso 01

Língua Portuguesa 01 a 15

Legislação 16 a 20

Noções sobre Direitos das
Pessoas com Deficiência 21 a 25

Noções de Informática 26 a 30

Conhecimentos Específicos 31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

04

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA - ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Paulo da Costa ajuizou reclamatória trabalhista em face do Banco do Trilhão S/A. O juízo fracionou a audiência trabalhista, realizando audiência para tentativa de conciliação, que restou infrutífera. Nessa ocasião, designou audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas. O juízo facultou às partes trazerem as testemunhas à audiência, independentemente de intimação, ou apresentar o rol respectivo em 10 dias para aquelas, a fim de que fossem intimadas pelo juízo, sob pena de serem ouvidas somente as que comparecessem. Paulo, no prazo estipulado pelo juízo, requereu a intimação da testemunha Maria da Silva, declarando que as demais compareceriam à audiência independentemente de intimação. O Banco do Trilhão, por sua vez, nada declarou ou requereu no que se refere às testemunhas que pretendia ouvir. Por ocasião da audiência de instrução, compareceram as testemunhas Maria da Silva, intimada pelo juízo, bem como, a convite do reclamante, Elizabete dos Santos, ex-colega de trabalho deste e que também ajuizara reclamatória em face do Banco Trilhão; compareceu, ainda, Pedro da Costa, também ex-empregado do reclamado e irmão de Paulo. O Banco do Trilhão, por sua vez, compareceu à audiência acompanhado da testemunha Vicente Rodrigues, que foi superior imediato do reclamante, a quem este acusa de assédio moral e com o qual teve grave desentendimento durante o pacto laboral, chegando às vias de fato, sendo que, relativamente a tais fatos, houve ampla divulgação na imprensa local e há ostensiva documentação nos autos. Aberta a audiência, o advogado do reclamado requereu para que, assim que prestasse depoimento, o preposto fosse dispensado de permanecer em audiência, em razão de compromisso na empresa. Requereu, ainda, que a audiência fosse realizada a portas fechadas, apenas com a presença dos serventuários da Justiça, das partes e testemunhas, quando apregoadas. Ademais, o reclamado contraditou as testemunhas do reclamante. Quanto à testemunha Elizabete dos Santos, aduziu que esta não poderia testemunhar com isenção de ânimo em razão de também estar demandando em face do banco. Relativamente à testemunha Pedro da Costa, argumentou que, de modo algum, este poderia ser ouvido no processo, por ser irmão do reclamante. O reclamante, de seu turno,**

contraditou a testemunha Vicente, em virtude dos fatos narrados, enfatizando que, de forma alguma, este poderia ser ouvido no feito.

Diante dos requerimentos do reclamado no que se refere à liberação do preposto, à realização da audiência a portas fechadas, bem como das contraditas das testemunhas Elizabete e Pedro e, ainda, diante da contradita do reclamante em face da testemunha Vicente, diga como o juízo deve deliberar à luz da legislação trabalhista, aplicável no que tange à audiência de instrução e julgamento e à prova testemunhal, fundamentando a resposta. Considere, com relação às contraditas das testemunhas por ambas as partes, que todas as alegações estão suficientemente demonstradas nos autos. Descreva, ainda, a ordem em que, em regra, serão ouvidas as partes e as testemunhas na audiência.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

O Aleph e o Hipopótamo I

Leandro Karnal

O tempo é uma grandeza física. Está por todos os lados e em todos os recônditos de nossas vidas. Dizemos que temos tempo de sobra para algumas coisas ou, às vezes, que não temos tempo para nada. Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens. Tal é o tempo da sala de espera para ser atendido no dentista ou pelo gerente do banco, por exemplo.

Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta. Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga. O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.

Vivemos um presente fugidio. Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado, parafraseando o genial historiador Marc Bloch. Não é incomum querermos que o presente dure mais, se estique, para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos.

Se o presente é esse instante impossível de ser estendido, o passado parece um universo em franca expansão. Quanto mais envelhecemos, como indivíduos e como espécie, mais passado existe, mais parece que devemos nos lembrar, não nos esquecer. Criamos estantes com memorabilia, pastas de computador lotadas de fotos, estocamos papéis e contas já pagas, documentos. Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.

E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... “Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta”; “Semana que vem

nos encontramos, está combinado”; “Apenas um mês e... férias!”; “Daqui a um ano eu me preocupo com isso”. Um cotidiano voltado para um tempo incerto, mas que arquitetamos como algo sólido. E tudo o que é sólido se desmancha no ar, não é mesmo? Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato! [...]

Saber sobre tudo que possa vir a ocorrer é um grande desejo. Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga. “Vejo uma viagem no seu futuro”, afirma a mística intérprete das cartas. Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis. Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.

Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores, desejo maior de todos os que lotam os consultórios de psicólogos e psicanalistas. [...] Ao narrar o que vi e vivi, dependo da memória. Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória. Escamoteados pelo trauma, ficam ali condicionando nossas ações e não ações no presente. [...]

(Adaptado de <https://entrelacosdocoracao.com.br/2018/03/o-aleph-e-o-hipopotamo-i/> - Acesso em 26/03/2018)

As questões 1 a 9 referem-se ao texto I.

- 1. Assinale a alternativa em que o termo “mesmo” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado.”.**
(A) Ele mesmo se apossou das terras e colocou todos para correr.

- (B) A planta brotará, mesmo que em alguns casos demore um pouco.
- (C) Eu sempre estive ao seu lado, não é mesmo?
- (D) Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar.
- (E) Ele feriu a si mesmo.

2. Os advérbios, por meio das circunstâncias que exprimem, contribuem na intenção do falante referente ao que ele deseja expressar, recebendo diferentes classificações quanto a tais circunstâncias. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, entre parênteses, a circunstância expressa pelo advérbio em destaque.

- (A) “Mal falei, mal agi e o que acabei de fazer virou passado [...]” (negação).
- (B) “[...] para que uma faísca de felicidade pudesse viver alguns momentos mais longos [...]” (afirmação).
- (C) “Apenas um mês e... férias! [...]” (inclusão).
- (D) “[...] perceber o quanto ele ainda é presente [...]” (tempo).
- (E) “[...] estocamos papéis e contas já pagas, documentos. [...]” (modo).

3. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em: “[...] E o futuro? Como nos projetamos nesse tempo que ainda não existe... ‘Pode deixar que amanhã eu entrego tudo o que falta’; ‘Semana que vem nos encontramos, está combinado’ [...]”, todos os termos em destaque têm função de conjunção integrante.
- (B) Em “[...] Há dias em que o tempo não passa, anda devagar, como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados. Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, predomina a linguagem denotativa.
- (C) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, estabelece-se entre a primeira e a última oração uma relação semântica de consequência.
- (D) Em “[...] Alguns eventos são tão traumáticos que, como esquadrinhou Freud um século atrás, são bloqueados pela memória.”, o elemento em destaque estabelece uma relação semântica de comparação entre os eventos traumáticos e as ideias de Freud.

- (E) Em “[...] Jamais poderia ser: no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, os dois pontos são utilizados para apresentar uma citação indireta.

4. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] no dia 14 de março de 2023, às 17h12, você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro, lendo o conto A Cartomante, de Machado de Assis.”, é obrigatória a presença das vírgulas porque os constituintes frasais estão ligados por processo de subordinação.
- (B) Em “[...] ‘Vejo uma viagem no seu futuro’ [...]”, o verbo “ver” apresenta a mesma regência e transitividade que na frase “Aquele senhor não vê mais”.
- (C) Em “[...] Arrastam-se como se houvesse bolas de ferro em suas engrenagens.”, o verbo “haver” poderia ser substituído por “existissem”, sem gerar prejuízo gramatical ao texto.
- (D) Com base nas relações de concatenação de ideias estabelecidas entre os elementos textuais, depreende-se que a expressão “ele”, em “Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus.” (6º parágrafo), refere-se ao tempo.
- (E) O excerto “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, senti-lo nas mãos, calculá-lo de fato!” poderia ser reescrito, sem prejudicar a correção gramatical ou mudar seu sentido, da seguinte maneira: “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo, lhe sentir nas mãos, calcular-lhe de fato!”.

5. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A metáfora é uma figura de linguagem que consiste no desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos. Um exemplo está na frase “Criamos museus, parques, tombamos construções, fazemos estátuas e mostras sobre o passado.”.
- II. A gradação é uma figura de linguagem que consiste em uma sequência de ideias dispostas em sentido ascendente ou descendente. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.
- III. A prosopopeia é uma figura de linguagem pela qual fazemos os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como humanos. Um exemplo está na frase “Em compensação, há o tempo que corre, voa, falta.”.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I e III.
(E) I, II e III.

6. “O tempo escasseia e os mesmos exatos 60 minutos que a física diz que uma hora contém viram uma fração ínfima do tempo de que precisamos.”

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado na frase apresentada está grifado em

- (A) “O tempo é uma grandeza física.”.
(B) “Ah, se pudéssemos ao menos ver o tempo [...]”.
(C) “[...] efetivamente estou me lembrando da situação”.
(D) “[...] como se os ponteiros do relógio (alguém ainda usa modelo analógico?) parecessem pesados.”.
(E) “[...] você estará no Largo do Boticário, no Rio de Janeiro [...]”.

7. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Há uma relação dialética entre passado e presente, em que a percepção temporal se

dá de maneira semelhante, já que ambos estão em intenso alargamento.

- (B) Fatos traumáticos são recalçados pela memória e, assim, não interferem nas vivências conscientes dos indivíduos.
(C) Se fosse possível saber fortuitamente do futuro, as pessoas agiriam para que as previsões não se concretizassem, uma vez que seriam predições detalhadas.
(D) Embora o futuro seja dubitável, os indivíduos o planejam como algo palpável. A causa desse hábito humano está na percepção volúvel da velocidade de passagem do tempo.
(E) A percepção humana do tempo é variável. A noção de seu decorrer depende da atividade que o envolve ou que dele depende.

8. De acordo com o texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto se compõe de uma tese que se comprova com diferentes tipos de argumentos. No quarto parágrafo, por exemplo, o autor utiliza exemplos factuais para defender seu ponto de vista.
(B) O autor utiliza sequências injuntivas para defender seu ponto de vista. Tais sequências são marcadas por verbos no modo subjuntivo e flexionados na primeira pessoa do plural.
(C) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. [...]” resume o que será desenvolvido no 6º parágrafo.
(D) Em “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, [...]” (6º parágrafo), o elemento em destaque faz uma referência anafórica à obra “A Cartomante”, de Machado de Assis.
(E) No 5º parágrafo, as aspas são utilizadas para ironizar a fala daqueles que atribuem ao futuro a certeza da realização de seus planos.

9. Assinale a alternativa que apresenta a correta reescrita dos excertos.

- (A) O excerto “[...] Em nosso mundo pautado pelo estresse, por mais compromissos que a agenda comporta, a sensação de que a areia escorre mais rápido pela ampulheta é familiar e amarga.[...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “No nosso mundo, pautado pelo estresse, por mais compromissos que comporte a agenda, a sensação que a areia escorre mais rapidamente pela ampulheta é funambulesca e amarga.”.

- (B) O excerto “[...] Ele anima as filas em videntes e debates sobre as centúrias de Nostradamus. Infelizmente, pela sua natureza e deficiência, toda profecia deve ser vaga.” pode ser reescrito da seguinte forma: “Isso punge as fileiras em videntes e os debates acerca das previsões de Nostradamus. A despeito disso, pela sua naturalidade e devir, toda profecia deve ser vaga.”.
- (C) O excerto “[...] Entender o passado em toda a sua vastidão e complexidade, perceber o quanto ele ainda é presente, é o sonho de todos os historiadores [...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “Compreender o passado em toda sua magnitude e enredamento e perceber o quanto ele ainda se faz presente são os objetivos de todos historiadores”.
- (D) O excerto “[...] Aquilo de que nos lembramos ou nos esquecemos nem sempre depende de nossa vontade ou escolhas. Quando digo: quero me esquecer disso ou daquilo, efetivamente estou me lembrando da situação. [...]” pode ser reescrito da seguinte forma: “O que lembramos ou esquecemos nem sempre se sujeita a nosso desejo ou a nossas escolhas. Quando expresso que aspiro ao esquecimento de algo, de fato estou recordando tal cenário”.
- (E) O excerto “[...] Claro que mesmo uma predição detalhada seria problemática, pois, dela sabendo, eu poderia dispor as coisas de forma que acontecessem como anunciado. [...]” pode ser reescrito da seguinte maneira: “Obviamente, inclusive uma previsão ínfima seria problemática pois, dela sabendo eu, poderia organizar os fatos de modo que ocorressem como pronunciados.”.

Texto II

[...] Saiu da casa da cartomante aos tropeços e parou no beco escurecido pelo crepúsculo — crepúsculo que é hora de ninguém. Mas ela de olhos ofuscados como se o último final da tarde fosse mancha de sangue e ouro quase negro. Tanta riqueza de atmosfera a recebeu e o primeiro esgar da noite que, sim, sim, era funda e faustosa. Macabéa ficou um pouco aturdida sem saber se atravessaria a rua pois sua vida já estava mudada. E mudada por palavras — desde Moisés se sabe que a palavra é divina. Até para atravessar a rua ela já era outra pessoa. Uma pessoa grávida de

futuro. Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero. Se ela não era mais ela mesma, isso significava uma perda que valia por um ganho. Assim como havia sentença de morte, a cartomante lhe decretara sentença de vida. Tudo de repente era muito e muito e tão amplo que ela sentiu vontade de chorar. Mas não chorou: seus olhos faiscavam como o sol que morria. Então ao dar o passo de descida da calçada para atravessar a rua, o Destino (explosão) sussurrou veloz e guloso: é agora é já, chegou a minha vez! E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a — e neste mesmo instante em algum único lugar do mundo um cavalo como resposta empinou-se em gargalhada de relincho.

Macabéa ao cair ainda teve tempo de ver, antes que o carro fugisse, que já começavam a ser cumpridas as predições de madama Carlota, pois o carro era de alto luxo. Sua queda não era nada, pensou ela, apenas um empurrão. Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta. E da cabeça um fio de sangue inesperadamente vermelho e rico. O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito. [...]

(Excerto adaptado e extraído da obra “A Hora da Estrela”. LISPECTOR, Clarice. 23ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.)

As questões 10 a 13 referem-se ao texto II.

- 10. O seguinte excerto “[...] um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.”, ao ser transposto para a voz passiva analítica, terá como resultado:**
- (A) o direito ao grito vai talvez ser reivindicado.
(B) o direito ao grito será talvez reivindicado.
(C) o direito ao grito talvez reivindicar-se-á.
(D) reivindicará o direito ao grito.
(E) irá talvez reivindicar o direito ao grito.

11. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O narrador, em primeira pessoa, descreve o momento em que a personagem vai à casa de uma vidente e descobre estar grávida.
- (B) Trata-se de um texto predominantemente dissertativo, em que se expõe o relato de uma tragédia ocorrida com Macabéa.
- (C) A mudança na vida de Macabéa, citada em “[...] pois sua vida já estava mudada.”, refere-se à viagem empreendida por ela, que se realizara após encontrar o carro que estava à sua espera.
- (D) O excerto demonstra a fragilidade social da personagem que, ironicamente, teve um momento de esperança antes de ser atropelada.
- (E) A narrativa descreve uma cena trivial de final de tarde, em que Macabéa presencia o atropelamento e a morte de um cavalo.

12. De acordo com o texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) Alguns elementos textuais que compõem a descrição da cena formam um campo semântico voltado à melancolia e ao findar da vida, como o “crepúsculo”, o “final da tarde”, a “mancha de sangue” e o “sol que morria”.
- (B) O uso de verbos no presente do subjuntivo dá o tom profético ao texto, que se constrói a partir de uma situação hipotética, de um desejo da personagem. Um exemplo desse uso está em “[...] Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero.”.
- (C) O excerto “Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta.” delinea um tratamento humano dado à personagem, haja vista a importância de suas relações sociais, tanto com a cartomante, quanto com o motorista do carro de luxo.
- (D) Todos os travessões utilizados no excerto servem para inserir comentários do narrador de tom explicativo, a fim de elucidar e amplificar as percepções do leitor diante da descrição da cena narrada.
- (E) O seguinte excerto “[...] é agora é já, chegou a minha vez!” representa a fala de Macabéa ao ver a Mercedes chegando em sua direção.

13. Assinale a alternativa cuja substituição do elemento sublinhado pelo elemento entre parênteses NÃO gera incorreção

gramatical ou alteração de sentido no texto.

- (A) “[...] que um dia vai talvez reivindicar o direito [...]” (reivindicar-lhe).
- (B) “[...] isso significava uma perda que valia por um ganho.” (perca).
- (C) “[...] ela pertencia a uma resistente raça não teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.” (à qual).
- (D) “O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça [...]” (à).
- (E) “[...] E enorme como um transatlântico o Mercedes amarelo pegou-a [...]” (a atingiu).

14. Sobre a Correspondência Oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República), assinale a alternativa correta.

- (A) Os ministros de Estado são tratados pelo pronome “Vossa Excelência” e o vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a essas autoridades é “Excelentíssimo Senhor Ministro”.
- (B) Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento “digníssimo” (DD), uma vez que a dignidade é pressuposta para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.
- (C) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é “Magnífico Senhor”, seguido do cargo ao qual se refere.
- (D) Os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento são sempre os da segunda pessoa, como no exemplo “Vossa Senhoria nomeará teu substituto”.
- (E) O gênero gramatical deve estar sempre em concordância com o pronome de tratamento, ou seja, com o substantivo que compõe a locução, e não com o sexo da pessoa a que se refere.

15. Sobre os aspectos gerais da Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, bem como de contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.
- (B) Embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala, ou a quem se dirige a comunicação), os pronomes de tratamento (ou de segunda pessoa indireta) levam a concordância para a terceira pessoa.
- (C) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto

de linguagem, clareza, verbosidade, formalidade e dissonância.

- (D) A verbosidade evita a duplicidade de interpretações que poderia decorrer de um tratamento personalista dado ao texto.
- (E) As comunicações oficiais são necessariamente heterogêneas, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e um receptor dessas comunicações, que é o próprio Serviço Público.

LEGISLAÇÃO

16. De acordo com o que dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a nomeação, posse e exoneração dos ocupantes dos cargos do grupo de Direção, no que se refere à nomeação dos diretores de secretaria de Vara do Trabalho, compete ao

- (A) Corregedor Regional.
- (B) Vice-Corregedor Regional.
- (C) Presidente.
- (D) Vice-Presidente.
- (E) Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais.

17. Referente à vacância de cargos, promoções e indicações, bem como sobre a presidência das Turmas, consoante às disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Na vacância de cargos da administração do Tribunal, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este, pelo Corregedor Regional, assumindo o Vice-Corregedor Regional a Corregedoria Regional, cabendo ao desembargador mais antigo, desde que não eleito para quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou o de Presidente, o exercício da Vice-Corregedoria Regional.
- (B) Em caso de vacância no cargo de Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, em qualquer tempo, do mandato do titular, assumi-lo-á o desembargador mais antigo do órgão, ainda que seja Presidente de Turma.
- (C) As Turmas serão presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, por meio de sorteio.

- (D) No preenchimento das vagas para promoção de juízes substitutos e para o acesso de juízes titulares, será observado, unicamente, o critério da antiguidade.
- (E) Compete ao Órgão Especial indicar os juízes titulares de Vara do Trabalho para acesso ao Tribunal por antiguidade.

18. A respeito dos deveres assumidos pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo o único filho com formação em ensino superior, e, na hipótese de falecimento de seus pais, o servidor público poderá representar os interesses do comércio de sua família, na condição de mandatário, para o que poderá ser remunerado.
- (B) O servidor não poderá ser questionado se cometer alguma infração ética por orientação e pedido de seus superiores hierárquicos.
- (C) O servidor deverá dar atenção especial ao atendimento ao público quando verificada a existência de filas ou qualquer outra espécie de atraso que possa resultar em espera excessiva.
- (D) Considerando as vantagens de um meio ambiente de trabalho saudável, sem brigas ou desconfiças, o servidor público que presenciar o vazamento de informações sigilosas, por parte de um colega de seu convívio diário, não será obrigado a comunicar a situação à chefia.
- (E) Se o servidor público também exercer atividade acadêmica, será permitido que ele participe de seminários, congressos e eventos semelhantes, na condição de palestrante, ainda que durante o expediente exercido perante o Tribunal, inexistindo qualquer obrigação de prestar contas ou divulgar a eventual remuneração recebida.

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

19. Valendo-se dos preceitos éticos a serem observados pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando as atribuições específicas da Comissão de Ética, caso determinada investigação aponte em direção, para além de violações éticas, a existência de corrupção ativa por parte do investigado, caberá ao presidente da Comissão deliberar pela comunicação, ou não, das autoridades competentes.
- (B) Por não se tratar de um processo com previsão expressa no Código de Processo Civil, a Comissão de Ética não será obrigada a observar princípios como o contraditório e a ampla defesa como regra.
- (C) A presença, na condição de parte, em processo administrativo disciplinar, não prejudicará o regular exercício de suas atribuições na referida Comissão.
- (D) Os integrantes da Comissão de Ética desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.
- (E) Caso um servidor do Tribunal Regional do Trabalho receba uma proposta de emprego por um conceituado escritório de advocacia, somente deverá comunicar o Tribunal quanto ao ocorrido se tiver interesse em aceitar o convite.

20. Assinale a alternativa que NÃO se enquadra dentre as proibições estabelecidas aos servidores pelo Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Praticar ou compactuar com, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética e ao interesse público, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.
- (B) Manter sob subordinação hierárquica cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade.
- (C) Manter em sigilo questões médicas de outros servidores, das quais tiver conhecimento por motivos alheios à função que ocupa.
- (D) Utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para a propagação e divulgação de questões assemelhadas a propagandas político-partidárias.
- (E) Acompanhar, inerte, perseguições a jurisdicionados administrativos ou a servidores do Tribunal.

21. Segundo dispõe o art. 36 do Decreto nº 3.298/1999, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponda à proporção correta desses cargos a serem reservados.

- (A) Até duzentos empregados, um por cento.
- (B) De duzentos e um a quinhentos empregados, um por cento.
- (C) De duzentos e um a quinhentos empregados, dois por cento.
- (D) De quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento.
- (E) De quinhentos e um a mil empregados, três por cento.

22. De acordo com a Resolução nº 230/2016 do CNJ, a concessão de horário especial, conforme o art. 98, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, a servidor com deficiência não justifica qualquer atitude discriminatória. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA acerca da concessão de horário especial a servidor com deficiência ou que possua dependente com deficiência.

- (A) Admitindo-se a possibilidade de acumulação de banco de horas pelos demais servidores do órgão, também deverá ser admitida a mesma possibilidade em relação ao servidor com horário especial, mas de modo proporcional.
- (B) Ao servidor a quem se tenha concedido horário especial não poderá ser negado ou dificultado, colocando-o em situação de desigualdade com os demais servidores, o exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.
- (C) A concessão de horário especial é de caráter personalíssimo, não podendo ser estendida aos servidores que possuam dependentes com deficiência, mas tão somente aos que se enquadrem como deficientes.
- (D) O servidor com horário especial não será obrigado a realizar, conforme o interesse da Administração, horas extras, se essa extensão da sua jornada de trabalho puder ocasionar qualquer dano à sua saúde.

- (E) Se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício deverá ser aproveitado de forma proporcional pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.

23. Um servidor do Poder Judiciário, enquadrado como portador de deficiência, pretende exercer suas atividades por meio do sistema *home office*, eis que isso é permitido pelo órgão no qual é lotado. No entanto, os custos para sua adaptação ao sistema *home office* são muito elevados. Nesse sentido, de acordo com o disciplinado na Resolução nº 230/2016 do CNJ, assinale a alternativa correta.

- (A) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão por ele ser suportados.
- (B) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração.
- (C) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados parte pela Administração e parte pelo próprio servidor.
- (D) Os custos inerentes à adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* deverão ser suportados exclusivamente pela Administração, desde que dentro dos limites estabelecidos por Portaria do CNJ.
- (E) Sendo os custos para a adaptação do servidor com deficiência ao sistema *home office* muito elevados, não poderá ser concedido tal benefício ao servidor.

24. Na história recente do Brasil, o legislador se dedicou a disciplinar e a ampliar os direitos dos portadores de deficiência, estabelecendo uma rede de proteção. Muitos foram os diplomas legais editados nesse sentido tal como a Lei nº 13.146/2015. Considerando a referida lei, no tocante à proteção legal do portador de deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (B) O Poder Judiciário pode cobrar do usuário com deficiência, mediante tarifa, a despesa extra que tiver para lhe dar amplo acesso a prédios e serviços públicos.
- (C) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.
- (D) É crime, punido com pena de 2 a 4 anos de reclusão, negar à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo.
- (E) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para propor as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência.

25. O artigo 11º da Lei nº 10.098/2000 disciplina que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, de acordo com o referido diploma legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (B) Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de dois banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (C) Pelo menos dois dos acessos ao interior da edificação deverão estar livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (D) Pelo menos dois dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverão cumprir os requisitos de acessibilidade legalmente previstos.
- (E) Aos locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar é facultado dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Um sistema de uma empresa está acessível aos seus colaboradores através da sua Intranet. Isso significa que

- (A) o sistema pode ser acessado somente por colaboradores internos ou usuários previamente autorizados, e somente através da rede local da organização (o usuário deve estar fisicamente nas instalações da empresa).
- (B) qualquer usuário na Internet pode acessar o sistema.

- (C) faz parte da Deep Web.
- (D) o sistema pode ser acessado somente por usuários previamente autorizados, mas também pode ser possível o acesso através da Internet, dependendo de como a Intranet foi configurada.
- (E) as tecnologias utilizadas pela rede que armazena o sistema são diferentes das utilizadas na Internet.

27. No Mozilla Firefox versão 57.x, com as configurações que são padrão de instalação, toda vez que o usuário realiza um download de um arquivo, este é salvo automaticamente no diretório "Download", que está dentro do diretório padrão do usuário. Para que o usuário possa escolher o diretório onde quer salvar os arquivos baixados, qual das opções do menu ele deve escolher?

- (A) Personalizar.
- (B) Preferências.
- (C) Web Developer.
- (D) Editar.
- (E) Extensões.

28. Em uma época em que cada vez mais as informações trafegam e são armazenadas em meios digitais, tornaram-se comuns notícias sobre os prejuízos causados por ameaças como vírus, spywares e ransomwares. Essas ameaças também podem ser classificadas como:

- (A) Bugs.
- (B) Malwares.
- (C) Spam.
- (D) Badwares.
- (E) Phishing.

29. Uma aplicação exportou dados de um banco de dados para um arquivo de extensão '.csv'. Esse arquivo contém algumas centenas de linhas e várias colunas. Será necessário ordenar os dados contidos no arquivo e manipular alguns valores. No seu computador, estão disponíveis as ferramentas do Microsoft Office e LibreOffice. Qual das seguintes alternativas de software é a recomendada para realizar a tarefa necessária?

- (A) Bloco de notas.
- (B) Impress.
- (C) PowerPoint.
- (D) Calc.
- (E) Thunderbird.

30. Visualizadores de imagens podem ser utilizados para abrir arquivos como fotos, logos e desenhos. Das alternativas a seguir, qual possui somente extensões de arquivos utilizadas por visualizadores de imagens, para imagens sem animação?

- (A) .gif e .mp3
- (B) .jpg e .ppt
- (C) .img e .mkv
- (D) .mp4 e .tiff
- (E) .jpg e .png

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Tício, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, trabalha no setor de recursos humanos do tribunal e conhece as previsões constitucionais acerca dos direitos sociais. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido no texto constitucional, ainda que excepcionalmente, o trabalho para menores de dezesseis anos.
- (B) Em que pese ser proibida a diferença de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, é possível, na forma da lei, a diferença de critério de admissão por idade.
- (C) A Constituição Federal, apesar de prever a licença-maternidade como direito social, não garante, de forma expressa, o mesmo direito aos trabalhadores do sexo masculino.
- (D) É garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de, no mínimo, oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.
- (E) A Constituição Federal garante o direito à indenização por acidente de trabalho, a ser paga pelo empregador que incorrer em dolo ou culpa, salvo se este arcar com o seguro contra acidentes de trabalho.

32. João é servidor público do TRT e está no exercício de mandato eletivo. Tendo essa situação hipotética em vista e considerando apenas o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Se João ocupar mandato eletivo federal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) Caso João esteja investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

- (C) Investido no mandato de Prefeito, João será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) Na hipótese de João ocupar mandato eletivo distrital, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (E) Sendo João investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo sem direito à remuneração.

33. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A Constituição Federal prevê que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- () É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- () O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são absolutamente irredutíveis.
- () Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

- (A) F – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – V – F – V.

34. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão que compõe o Poder Judiciário e tem, dentre suas atribuições, o controle da atuação administrativa e financeira do Tribunal Regional do Trabalho e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. De acordo com o que dispõe expressamente a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta apenas alguns dos membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça.

- (A) Três membros do Ministério Público dos Estados e um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo respectivo tribunal.
- (C) Um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal, e um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) O Procurador-Geral da República e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.
- (E) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça, e um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

35. No exercício de suas atividades como Analista Judiciário – Área Administrativa, José recebeu um pedido de informações acerca dos servidores do TRT, para fins de instrução de mandado de segurança coletivo impetrado em face do tribunal. Acerca do mandado de segurança coletivo, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político independentemente de este possuir representação no Congresso Nacional.
- (B) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo, ficando o autor, salvo comprovada má-

fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (E) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

36. Paulo, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, é o responsável pela folha de pagamentos do tribunal e, portanto, precisa dominar as disposições constitucionais acerca do salário e remuneração do trabalho. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que NÃO representa um direito social previsto expressamente na Constituição Federal.

- (A) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (B) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (E) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

37. “Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade” (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

O trecho acima faz referência a que espécie de ato administrativo?

- (A) Admissão.
- (B) Licença.
- (C) Autorização.
- (D) Permissão.
- (E) Aprovação.

- 38. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais, o servidor que procede de forma desidiosa, omitindo-se quanto a atos de fiscalização e de supervisão que deveria praticar de ofício, de forma reiterada, está sujeito a penalidade disciplinar de**
- (A) advertência.
 - (B) suspensão de até 30 (trinta) dias.
 - (C) suspensão de até 90 (noventa) dias.
 - (D) demissão.
 - (E) remoção.
- 39. Assinale a alternativa correta sobre os contratos administrativos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993.**
- (A) Ao contratado é facultado manter preposto no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato, independentemente de aceite por parte da Administração.
 - (B) A execução do contrato deverá ser fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo nessa atribuição.
 - (C) O ato de ocupação e utilização do local, bem como dos equipamentos empregados na execução do contrato, por parte da Administração Pública, nos casos de rescisão por ato unilateral da Administração, deve ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.
 - (D) No tocante aos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, a Administração Pública não pode ser responsabilizada, uma vez que a responsabilidade é exclusiva do contratado.
 - (E) A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública pode ser aplicada juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- 40. No tocante à instrução do processo administrativo federal (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta.**
- (A) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
 - (B) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo, outorgando o direito de obter da Administração resposta fundamentada sobre o caso.
 - (C) Somente podem ser recusadas sem a devida fundamentação as provas propostas pelos interessados quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
 - (D) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
 - (E) Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.
- 41. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.**
- I. O agente público que frustra a licitude de concurso público está sujeito às cominações dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
 - II. Será punido, com pena de suspensão, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo determinado.
 - III. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - IV. A aplicação das sanções previstas nesta Lei independe da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.
- (A) Apenas I e IV.
 - (B) Apenas II e III.
 - (C) Apenas I, II e III.
 - (D) Apenas I, III e IV.
 - (E) Apenas II, III e IV.

42. De acordo com a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002), assinale a alternativa correta.

- (A) A equipe de apoio deverá ser integrada em sua totalidade por servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente da entidade promotora do evento.
- (B) É vedado adotar a modalidade de pregão nas compras e contratações de bens e serviços comuns quando efetuadas pelo sistema de registro de preços.
- (C) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não pode ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.
- (D) Para bens e serviços comuns acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) é facultado exigir garantia da proposta no valor de 5% (cinco por cento) do objeto.
- (E) O acolhimento de eventual recurso interposto contra a declaração do vencedor acarreta a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

43. Guilherme tem 17 anos e possui ensino fundamental completo. De posse de sua CTPS e buscando seu primeiro emprego, apresentou currículo e fez entrevista na empresa Brinquedos e Cia Ltda., loja do comércio varejista de brinquedos, para preencher a vaga de auxiliar administrativo. A jornada de trabalho a ser cumprida é das 8h às 17h, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação, de segunda-feira a sexta-feira. Considerando as disposições legais aplicáveis à espécie, é correto afirmar que

- (A) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento bem como a rescisão do contrato de trabalho, se esta vier a ocorrer antes que ele complete 18 anos.
- (B) Guilherme poderá ser contratado somente na condição de aprendiz, com a devida anotação do contrato em sua CTPS.
- (C) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a prorrogação da jornada de trabalho por até

mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que tal possibilidade seja prevista por convenção ou acordo coletivo de trabalho, devendo ser o excesso de horas em um dia compensado pela diminuição em outro, observado o limite máximo de 48 horas semanais.

- (D) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. Não será permitida a prorrogação de jornada de trabalho, em qualquer hipótese.
- (E) Guilherme poderá ser contratado, com a devida anotação em CTPS, para exercer a função disponibilizada, posto que é maior de 16 anos, podendo, nesse caso, assinar os recibos de pagamento. É, ainda, permitida a prorrogação da jornada de trabalho por até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que haja autorização dos pais ou responsáveis e seja respeitado o horário das aulas.

44. Em relação às férias, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles deverá ser superior a 14 dias corridos.
- (B) O empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido no prazo de 60 dias subsequentes à sua saída não terá direito à inclusão desse período na contagem das férias caso retorne ao emprego.
- (C) A época do gozo das férias sempre atenderá o interesse do empregado.
- (D) O empregado terá direito a 18 dias corridos de férias, caso houver faltado ao trabalho injustificadamente de 15 a 23 dias, sendo vedado o início do gozo respectivo no período de dois dias que antecede os feriados ou repouso semanal remunerado.
- (E) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecederem feriados ou dias de repouso semanal remunerado.

45. José é funcionário do Bar e Petiscaria Hora Feliz Ltda. na função de garçom, com registro em CTPS. Recebe o salário previsto em convenção coletiva da categoria. Além disso, recebe gorjetas pagas espontaneamente pelos clientes. O estabelecimento ainda cobra dos clientes taxa de serviço, à razão de

10% dos itens consumidos, cujo valor é destinado à distribuição aos empregados. A empresa fornece, também, uniforme a todos os empregados, a ser utilizado no local de trabalho para a prestação do serviço. Diante do exposto, no que se refere à remuneração do empregado, é correto afirmar que

- (A) tanto a importância dada pelos clientes espontaneamente a José quanto o valor cobrado pela empregadora a título de taxa de serviço são considerados gorjeta.
- (B) o uniforme fornecido pela empresa a José integra sua remuneração.
- (C) as gorjetas recebidas por José dos clientes não integram sua remuneração.
- (D) somente é considerada gorjeta a importância dada pelos clientes espontaneamente a José.
- (E) a taxa de serviço cobrada pelo estabelecimento, nos termos do enunciado, não integra a remuneração do empregado.

46. Henrique foi contratado pela Loja de Conveniência Aki Tem Tudo, que funciona 24 horas, para exercer a função de atendente no horário das 21h de um dia às 6h do outro, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação. Diante dessa realidade contratual, é correto afirmar que

- (A) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. O adicional noturno, porque pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (B) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno

e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

- (C) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. É devida uma hora extra normal, sem considerar, para o cálculo respectivo, o adicional noturno. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- (E) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno, de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno não integrará a base de cálculo das horas extras. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

47. Em relação às atividades consideradas perigosas e o direito ao adicional de periculosidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco, faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade. O adicional de periculosidade é indevido tão somente quando o contato ou exposição a atividades ou operações perigosas ocorre eventualmente, ou seja, de forma fortuita, ou mesmo que seja habitual, ocorra por período de tempo muito reduzido.
- (B) O empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente ou eventual, assim considerada a fortuita, sujeita-se a condições de risco faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (C) O adicional de periculosidade legalmente estabelecido é de 30% sobre o salário do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa e, quando pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- (D) O trabalhador que desempenha suas funções em motocicleta, como os motoboys, tem direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- (E) É inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei, ainda que proporcional ao tempo de exposição ao risco.

48. A data-base da categoria dos empregados das empresas do setor de confecção na cidade de Cerro Azul é 1 de junho e, assim, iniciaram-se as negociações entre as entidades patronal e obreira para que seja firmada a convenção coletiva da categoria, a vigor a partir de 1 de jun. de 2018. Poderão ser firmados, ainda, eventuais acordos coletivos de trabalho entre a entidade sindical dos trabalhadores e determinadas empresas. As partes envolvidas em tais negociações deverão ter ciência de que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em caso de

- (A) regime de sobreaviso; adicional por remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; repouso semanal remunerado.

- (B) troca do dia de feriado; remuneração por produtividade; prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.
- (C) número de dias de férias devidos ao empregado; participação nos lucros ou resultados da empresa; banco de horas anual.
- (D) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal; pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado.
- (E) teletrabalho; trabalho intermitente; seguro contra acidente de trabalho, a cargo do empregador.

49. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Constituição federal ampliou a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo a esta poderes para dirimir conflitos decorrentes das relações de trabalho e não somente relações de emprego.
- (B) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.
- (C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (D) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- (E) À Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações que envolvam representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, entre sindicatos e empregadores e demandas de qualquer natureza entre empregadores que façam parte de um mesmo sindicato patronal.

50. Relativamente à distribuição do ônus da prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Vige, na sistemática de distribuição do ônus da probante no processo do trabalho, a distribuição dinâmica ônus da prova,

prevista originariamente no CPC de 2015 (art. 373, § 1º). Assim, nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório ou, ainda, à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso.

- (B) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na audiência de conciliação, tendo a parte reclamada apresentado contestação escrita.
- (C) A decisão que atribuir o ônus da prova de modo diverso será proferida na abertura da audiência de instrução, não sendo permitido, por tal motivo, o adiamento da audiência respectiva.
- (D) O juízo poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, o que deverá ser feito na abertura da audiência de instrução, não sendo possível à parte à qual o encargo probatório foi transferido desincumbir-se de tal ônus.
- (E) No direito do trabalho, a prova das alegações incumbe à parte que às fizer, sendo irrelevante se uma das partes apresenta impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir seu encargo probatório.

51. No que se refere às custas no âmbito da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

- (A) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver condenação.
- (B) são isentos do pagamento de custas: a União; os Estados; o Distrito Federal; os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; o Ministério Público do Trabalho; os beneficiários de justiça gratuita.
- (C) as custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (D) as custas se destinam a remunerar os gastos do erário e não à garantia do juízo.
- (E) nas ações de qualquer natureza, de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2%,

observado o valor mínimo de R\$ 10,64 e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

52. Rita ingressou com reclamação em face da empresa Padaria Pão Quentinho Ltda., pleiteando o pagamento de horas extraordinárias e diferenças salariais para o piso da categoria estabelecido em instrumento normativo. Apresentou pedido certo e quantitativamente determinado, indicando como valor da causa o importe de R\$ 11.500,00. Diante de tais considerações, é correto afirmar que

- (A) a sentença nesse processo, da qual deverá constar relatório, fundamentação e dispositivo, mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência.
- (B) a audiência será, obrigatoriamente, una, sendo permitida a oitiva de até duas testemunhas para cada parte, mas a reclamante terá o prazo de 05 dias para se manifestar acerca da contestação e documentos.
- (C) todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo serão decididos por ocasião da sentença, em razão da natureza célere dessa modalidade de rito processual, ao fito de se evitar intercorrências na realização da audiência, que deve ser una.
- (D) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- (E) vigora, no caso em análise, o Princípio Dispositivo, posto que o magistrado possui liberdade para ordenar a produção das provas que julgar pertinentes, para excluir ou limitar as que julgar impertinentes, excessivas ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

53. Orlando, empregado doméstico devidamente representado no processo por procurador constituído, obteve sentença de parcial procedência em reclamatória trabalhista ajuizada perante a Justiça do Trabalho em face de Eustáquio, a qual transitou em julgado em 26 de mar. de 2018. Liquidada a sentença, obteve-se o importe total de R\$ 35.500,00, aí incluso principal, encargos, custas, contribuições previdenciárias e honorários. Diante do exposto, no que se refere à execução dos créditos perseguidos na reclamatória em análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (B) O mandado de citação deverá conter, obrigatoriamente, a decisão exequenda.
- (C) Os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário serão julgados separadamente.
- (D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 dias úteis para oposição de embargos à execução.
- (E) A citação do executado poderá ser feita por carta com aviso de recebimento. Se o executado, procurado por duas vezes no período de 48 horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante 5 dias.

54. No que se refere à licença paternidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 3 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (B) O empregado tem direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias úteis, alternados ou corridos, à sua escolha, no decorrer do primeiro mês de nascimento do filho. Tal direito é indisponível e a quantidade de dias de licença é irredutível.
- (C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por 5 dias consecutivos em caso de nascimento do filho, no decorrer da

primeira semana. Contudo, tal direito pode ser reduzido ou até suprimido totalmente por acordos ou convenções coletivas de trabalho.

- (D) É garantido ao empregado o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias consecutivos quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Tal direito é indisponível, não podendo ser alterado por legislação infraconstitucional, tampouco negociado pelas partes, individualmente ou através de acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- (E) Ao empregado é garantido o direito de ausentar-se do trabalho por 5 dias quando do nascimento do filho, no decorrer da primeira semana, sendo o período de licença irredutível. Todavia, o empregador poderá descontar do salário do trabalhador os dias correspondentes à licença, que serão equiparados a faltas injustificadas.

55. Antônio foi admitido, com registro em CTPS, na função de entregador, na empresa Roupa Bonita Confecções Ltda. em 1 de dez. de 2017 e foi demitido, sem justa causa, em 30 de mar. de 2018. Cumpria horário das 8h às 18h. Não recebeu as verbas rescisórias e outros direitos trabalhistas. Os sócios da empregadora são Paulo e Pedro, os quais também são sócios da empresa Roupa Bonita Tecelagem Ltda. A qual fabrica e fornece os tecidos para a Roupa Bonita Confecções. Paulo e Pedro são sócios, também, da Livraria Boa Leitura Ltda. e Delícia Bolos e da Doces Finos Ltda. Dessa última empresa, fazem parte do quadro social, também, José e João. Ocorre que Antônio prestava serviços com registro em CTPS para a empresa Roupa Bonita Confecções Ltda., mas, diariamente, desde o início do pacto laboral, auxiliava o entregador da Roupa Bonita Tecelagem Ltda. das 18h15 às 20h15. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta quais empresas são legítimas para integrar o polo passivo da reclamatória trabalhista ajuizada pelo ex-empregado, bem como com qual ou quais empresas este poderá ver declarado o vínculo empregatício.

- (A) As empresas Roupa Bonita Confecções e Roupa Bonita Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito

- perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupas Bonitas Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestou serviços a essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho, coexistente com o primeiro.
- (B) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas, serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da Roupas Bonitas Tecelagem.
- (C) As empresas Roupas Bonitas Confecções e Roupas Bonitas Tecelagem serão responsáveis solidárias pelo crédito perseguido na reclamatória trabalhista. Todavia, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício em face da empresa Roupas Bonitas Tecelagem, pois a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.
- (D) As quatro empresas listadas no enunciado, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupas Bonitas Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.
- (E) As empresas Roupas Bonitas Confecções e Roupas Bonitas Tecelagem e Livraria Boa Leitura serão responsáveis solidárias, tendo em vista que Pedro e Paulo integram o quadro social de todas. Nesse caso, Antônio não terá direito à declaração de vínculo empregatício também em face da Roupas Bonitas Tecelagem, pois o fato de que este, habitualmente, prestava serviços para essa empresa gerou a existência de um segundo contrato de trabalho.
- 56. Em relação à rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.**
- (A) A alteração do quadro societário da empregadora constituída por sociedade limitada constitui justa causa para empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (B) Em se tratando o empregador de empresa constituída por sociedade limitada, a morte de qualquer dos sócios quotistas constitui justa causa para o empregado rescindir o contrato de trabalho.
- (C) A instauração de inquérito policial em face do empregado constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
- (D) Em caso de culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá em um terço a indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (E) A perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão em decorrência de conduta dolosa do empregado constitui justa causa para o empregador rescindir o contrato de trabalho.
- 57. Na atuação de suas atividades, você é submetido à avaliação e desempenho. Se nesse processo de sua avaliação no trabalho participarem o seu chefe, seus colegas, seus subordinados e também os fornecedores e os clientes, enfim, participarem todas as pessoas que mantêm alguma interação com você, qual será o método de avaliação desenvolvido?**
- (A) Avaliação pela equipe.
- (B) Avaliação para cima.
- (C) Avaliação pela comissão.
- (D) Avaliação 360 graus.
- (E) Avaliação auto-suficiente.
- 58. Assinale a alternativa que apresenta o instrumento criado pelo Governo Federal do Brasil cuja missão é promover a gestão pública de excelência, visando contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do país.**
- (A) Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP).
- (B) Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP).
- (C) Programa Nacional de Desburocratização.
- (D) Comissão de Simplificação Burocrática.
- (E) Gespública.

59. Dentro do que se considera como pilares para um modelo de gestão pública de excelência, o papel do Ciclo PDCA nesse modelo é garantir que as realizações

- (A) alcançarão os objetivos.
- (B) acompanharão os planos.
- (C) serão eficazes e atuais.
- (D) cumprirão o programa.
- (E) atenderão aos interesses.

60. O planejamento estratégico de pessoas nas organizações se refere à maneira como a função de RH

- (A) pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente, favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
- (B) determina a priorização dos objetivos organizacionais em detrimento do favorecimento e incentivo dos objetivos individuais dos funcionários.
- (C) influencia na definição dos objetivos individuais dos funcionários, para que esses objetivos estejam alinhados com a realização dos objetivos organizacionais.
- (D) condiciona, subordina e controla a realização dos objetivos individuais dos funcionários ao alcance e cumprimento de todos os objetivos organizacionais.
- (E) coloca a necessidade de alcance dos objetivos organizacionais e, ao mesmo tempo, desestimula o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

RASCUNHO
